



# **Comuns globais (ambientais) e teorias de internacionalismo**

**Yorgos (Georgios) Stratoudakis**

**Dissertação**

**de Estágio de Mestrado em Filosofia Política**

**Março 2019**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de Mestre em **Filosofia Política**, realizada sob a orientação científica de  
Giovanni Damele

*Ao Rafael Hitlodeu (ou Contrassenso)*



## AGRADECIMENTOS

Ao KS, que um dia me disse que gostaria de ter percorrido este caminho;

À EKS, que me deu a conhecer Kondylis e muito mais;

Ao GMT, que pôs isto em andamento com a sua técnica;

Ao meu orientador, que me deu a conhecer Zolo (que me deu a conhecer Wight);

Aos meus arguentes, pelo estímulo do desafio e o prazer do debate;

Ao João Tiago, pelo acompanhamento e conselhos (e vamos fazer esta tradução!);

Ao MB, pelo empréstimo do livro de Wilson no momento certo;

Aos colegas de turma, pelo prazer de partilha das aulas e conversas;

Aos amigos de trabalho (AAM, AM, IFa\*, IFi\*, MMA, PBO, RA e TM\* no IPMA; CPS, CR, FA e LV fora dele), pela bonomia com que se riram do empreendimento (\*e pela ajuda da última hora);

Aos amigos de vida MH, CL e YV, pela mesma razão (mas também aos que não deu para falar);

Ao, também, amigo de trabalho JV, pelos olhos de rapina e a edição final (o que sobra é meu);

À C, por ter visto antes de mim e por ter acompanhado (e aguentado);

Aos M, A, K, Y, F e ao resto da família (incluindo a F), pelo contributo à alegria da vida.

# COMUNS GLOBAIS (AMBIENTAIS) E TEORIAS DE INTERNACIONALISMO

YORGOS STRATOUDAKIS

## [RESUMO]

No início do Neolítico, a população humana na Terra era, aproximadamente, igual à população atual da área metropolitana de Lisboa. Nos últimos 10000 anos, a população humana aumentou três ordens de grandeza e o seu uso de energia e material aumentou cinco ordens. Isto ocorreu através de novos mecanismos de aproveitamento de energia livre e utilização de materiais, potenciando um metabolismo social que criou desequilíbrios planetários na troca de energia e nos principais ciclos biogeoquímicos: hoje, restam poucas dúvidas de que, para manter a Terra em condições ambientais compatíveis com a vida humana, é necessário transitar para fontes de energia descarbonizadas e garantir o fecho dos ciclos dos materiais. Esta constatação traz consigo a normatividade da definição de limites e da escolha vinculativa de caminhos, o que transfere também a discussão para o campo político. O quadro conceptual desta reflexão apoia-se extensivamente em três pensadores na interseção da filosofia política com as relações internacionais: Panagiotis Kondylis (teoria descritiva da decisão), Danilo Zolo (democracia e complexidade) e Martin Wight (sistemas de estados), os três com uma tendência para se focarem na “verdade efetiva da coisa”, que coloca a ontologia acima da gnosiologia e da epistemologia, não se preocupando nem com quebras de barreiras nem com métodos disciplinares na procura de compreensão. Neste aspeto, eles parecem convergir com a recente teoria da ontologia orientada para objetos, onde o par verdade/conhecimento é substituído pela busca da distância entre conhecimento e realidade. Em apoio desta análise, introduzem-se conceitos biológicos (sobre a seleção natural, a cooperação e a competição), ecológicos (sobre escassez e dinâmica populacional), de filosofia do estado e do direito (sobre a origem da organização do estado, a soberania interna e as formas de governo) e de teoria internacional (sobre tradições de pensamento da soberania externa e das relações entre estados) que convergem na definição de comuns globais ambientais e nas opções para evitar futuras tragédias (no sentido introduzido por Garrett Hardin). O objetivo da tese é analisar quatro cenários de reformas ou mudanças radicais da economia e/ou política para transformar ou reduzir o metabolismo social planetário, utilizando como instrumento de crítica as principais tradições de internacionalismo (realismo, racionalismo e revolucionismo), como mobilizadas por Zolo na sua crítica da Cosmopolis moderna. Estes cenários são: i) a dissociação entre o crescimento económico e os impactos ambientais; ii) a celebração de um novo contrato biossocial, onde o espaço ambiental é um bem primário; iii) o decréscimo económico sustentável; e iv) o decréscimo da população humana. Olhados pela lente das teorias de internacionalismo, todos os cenários enfrentam dificuldades práticas e teóricas - mas parece comum, entre os três primeiros, a possibilidade de encaixe em sistemas policêntricos que operam em vários níveis de organização social. Para convergirem para uma resposta planetária, faltam a estes sistemas mecanismos de alinhamento e aceleração criados pela sinergia entre processos de transformação individual, infranacional e supranacional; se isto pode acontecer pelo aparecimento espontâneo de ordem no meio da complexificação ou pela contribuição de indivíduos com o dom de detetar e catalisar *ta deonta* é algo que o filtro da seleção natural constatará.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comuns ambientais, tragédia de comuns, tradições internacionalismo, Panagiotis Kondylis, Danilo Zolo, Martin Wight.

# GLOBAL (ENVIRONMENTAL) COMMONS AND THEORIES OF INTERNATIONALISM

YORGOS STRATOUDAKIS

## [ABSTRACT]

Human population on Earth at the start of the Neolithic was approximately equal to the current population of the metropolitan Lisbon area. In the last ten thousand years human population on Earth increased three orders of magnitude and its use of energy and materials increased five orders. This was achieved through novel mechanisms of harnessing free energy and using materials, giving rise to a social metabolism that has created planetary disequilibria in energy exchange and biogeochemical cycles: nowadays there are few doubts that to maintain Earth within environmental conditions compatible with human life it is necessary to move to decarbonized energy sources and manage to close again the material cycles. This statement is intrinsically linked to the normativity of the definition of limits and the choice of binding pathways, which implies political decisions and a political discussion. The conceptual framework for this reflection is extensively supported by three contemporary thinkers at the intersection of political philosophy with international relations: Panagiotis Kondylis (descriptive theory of decision), Danilo Zolo (democracy and complexity) and Martin Wight (systems of states), all three with a tendency to focus on “the effective truth of things” that places ontology ahead of gnoseology and epistemology, ignoring disciplinary and methodological boundaries in the pursuit of better understanding. In this respect they seem to converge with the recent theory of object-oriented ontology where the pair truth/knowledge is substituted by seeking to detect the distance between knowledge and reality. This analysis is supported by the introduction of biological (on natural selection, cooperation and competition) and ecological (on scarcity and population dynamics) concepts, as well as concepts from the philosophy of state and law (on the organization of state, internal sovereignty and forms of government) and from political theory (on traditions of thinking over external sovereignty and relations of states) that converge in the definition of global environmental commons and the ways to avoid tragedy (in the sense produced by Garrett Hardin). The objective of the thesis is to analyse four scenarios of reform or radical change in the economic and/or political realm to transform or reduce planetary social metabolism using as instrument of critical analysis the main traditions of internationalism (realism, rationalism and revolutionism) as mobilized by Zolo in his critique of the modern Cosmopolis. These scenarios are: i) the dissociation of economic growth from environmental impacts; ii) the celebration of a new biosocial contract where environmental space is a primary need; iii) sustainable economic degrowth; e iv) population degrowth. Seen through the lens of theories of internationalism, all these scenarios stumble on practical and theoretical difficulties, but the three first seem to be compatible with polycentric systems that operate at various levels of social organization. To converge towards a planetary response, these systems lack mechanisms of alignment and acceleration through the synergy of individual, infranational and supranational processes; if this can happen through the spontaneous appearance of order amidst complexification or through the intervention of individuals with the capacity to detect and catalyse *ta deonta*, this is for the filter of natural selection eventually to affirm.

KEYWORDS: Environmental commons, tragedy of the commons, internationalism traditions, Panagiotis Kondylis, Danilo Zolo, Martin Wight.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
História do sistema vida-Terra: do aparecimento da vida ao Antropoceno .....	1
A espécie humana: trajetória e marcos .....	3
Antropoceno e limites planetários.....	5
Objetivo e organização da tese.....	6
<b>BASES METODOLÓGICAS E APOIO CONCEPTUAL</b> .....	8
Panagiotis Kondylis: Teoria Descritiva da Decisão.....	9
Danilo Zolo: Democracia e Complexidade.....	11
Martin Wight: Sistemas de Estados .....	14
<b>CAPITULO I: NATUREZA E COMUNS AMBIENTAIS</b> .....	18
I.1 Variabilidade biológica e seleção natural .....	19
I.2 Eussocialidade, seleção multinível e natureza humana .....	21
I.3 Escassez, comuns e tragédia.....	23
<b>CAPITULO II: COSMOPOLIS E TRADIÇÕES DE INTERNACIONALISMO</b> .....	27
II.1 Tradições de internacionalismo .....	28
II.2 Pacifismo institucional - <i>Civitas maxima</i> e direito cosmopolita .....	31
II.3 Pacifismo ético - Os “becos” da ética internacional .....	33
II.4 Pacifismo “fraco” – Um realismo temperado .....	35
<b>CAPITULO III: RESPOSTAS E TRAJECTÓRIAS PLAUSÍVEIS</b> .....	37
III.1 Crescimento económico sem impactos ambientais.....	38
III.2 Contrato biossocial para recursos vitais ambientais.....	40
III.3 Decrescimento económico sustentável.....	42
III.4 Decrescimento demográfico controlado .....	43
III.5 Perspetivas (Kondylianais) para o século XXI.....	44
<b>CONCLUSÃO</b> .....	47
<b>BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL (*) E CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	52

## INTRODUÇÃO

“...pois a civilização ocidental colocou sérias questões ao mundo que ficaram por responder. O conflito entre indivíduo e Estado, trabalho e capital, homem e mulher; a oposição entre a avidez pela recompensa material e a vida espiritual do ser humano; o egoísmo organizado das nações e os ideais mais elevados da humanidade; o conflito entre as complexidades repugnantes indissociáveis das organizações comerciais e Estado e os instintos naturais do homem, que clama por simplicidade, graciosidade e ócio. Tudo isto deve ser harmonizado de uma forma ainda não sonhada.”<sup>1</sup>

## História do sistema vida-Terra: do aparecimento da vida ao Antropoceno<sup>2</sup>

A disponibilidade de energia livre para sustentar reações químicas e movimento é um requisito universal para a vida - das bactérias aos humanos, todas as formas de vida têm de captar energia do seu meio e utilizá-la para se movimentarem e para transformarem matéria, de modo a manterem uma ordem interna (homeostasia). Aquando da formação do planeta Terra, há cerca de 4.56 mil milhões de anos, havia apenas duas fontes de energia potencialmente disponíveis para a vida: uma intrínseca e limitada, a energia geoquímica que resulta da reação da água com certas pedras, e uma extrínseca e abundante, a radiação solar que resulta da posição da Terra no sistema planetário. As três restantes fontes de energia livre hoje utilizadas, o oxigénio, a biomassa e o fogo, são também intrínsecas ao planeta Terra, mas só ficaram disponíveis nas etapas seguintes da expansão energética, proporcionadas pela evolução das interações do sistema vida-Terra e pelas transformações daí resultantes. Entre estas cinco fontes, só as duas primeiras permitem realizar, de novo, a transformação de carbono inorgânico em tecido biológico, mas a complexidade crescente da biosfera reside nos múltiplos níveis de uso das várias fontes de energia e nos circuitos de reutilização dos resíduos metabólicos.

A capacidade que a vida tem de transformar o ambiente planetário surge de quatro epifenómenos biológicos e ecológicos: metabolismo, evolução, aceleração e redistribuição. O metabolismo está relacionado com a transformação de material inanimado, fornecendo a componente “bio” aos ciclos biogeoquímicos. A evolução alarga a variabilidade metabólica, aumenta a eficiência com que a vida consome energia e recursos e, com o tempo, alarga a preponderância da componente “bio” nos ciclos dos elementos. A aceleração surge através das enzimas que catalisam reações químicas que, na sua ausência, ocorreriam muito mais lentamente e, por vezes, só em condições físicas mais extremas. Finalmente, os organismos vivos moldam ativamente o ambiente físico do planeta, desde a concentração de elementos químicos no seu corpo até a acumulação, mistura e transporte de sedimentos, nutrientes e outros materiais entre a terra e o mar. Estes quatro epifenómenos ocorreram e ocorrerão aonde existe vida, mas a magnitude do impacto depende da sua abundância: onde e quando a vida é limitada pela disponibilidade de energia, recursos ou desenvolvimentos evolutivos, o seu potencial em transformar o planeta será pequeno - e vice-versa.

Na Terra, a transição da não vida para a vida ocorreu há mais de 3.7 mil milhões de anos no contexto de autotrofia ligada à energia geoquímica. As primeiras formas de vida eram

---

<sup>1</sup> Tagore [2017], p. 18

<sup>2</sup> Com base em Judson (2017) e Lenton et al (2016)

organismos procariotas quimiolitotróficos<sup>3</sup>. Formavam tapetes uniformes em redor das fontes, numa distribuição limitada e irregular, com uma produtividade muito mais baixa do que a atual e num ambiente anaeróbico, sem aproveitamento da energia solar<sup>4</sup>. Na segunda época energética alguns organismos evoluíram para aproveitarem a energia solar, mas os primeiros organismos fotossintéticos não libertavam oxigénio<sup>5</sup>. A fotossíntese anóxica permitiu uma expansão verdadeiramente global da biosfera, embora com produtividade e abundância baixas devido à escassez de substratos utilizáveis para eletrólise (principalmente compostos com hidrogénio, enxofre ou ferro) e uma reciclagem lenta destes elementos nos ciclos biogeoquímicos.

Com a expansão das cianobactérias, assistiu-se a um marco na história da vida na Terra: a Grande Oxidação<sup>6</sup> elevou a concentração de oxigénio biogénico na atmosfera, modificando substancialmente o ambiente planetário. Anteriormente, o oxigénio era um gás relativamente raro, criado só por processos abióticos. O aparecimento das cianobactérias provocou um aumento da produtividade e da complexidade dos ecossistemas e uma disponibilidade de habitats anteriormente inacessíveis à vida. A produtividade da fotossíntese deixou de estar limitada pela disponibilidade dos substratos, uma vez que a água e o dióxido de carbono eram abundantes e a formação da camada de ozono mudou as condições dos habitats terrestres, criando uma proteção contra os raios ultravioletas emitidos pelo sol. Ocorreram, nesta época, dois eventos também marcantes para a evolução da vida na Terra: o aparecimento dos organismos unicelulares eucariotas (o que permitirá, em etapas posteriores, a evolução da complexidade multicelular, maior tamanho e autonomia motora) e da linhagem que levará ao surgimento das plantas terrestres. Estes dois fenómenos ocorreram em sucessão, nesta etapa energética, ao longo de mil milhões de anos de estabilidade, devido à evolução da simbiose e de uma eventual fusão de formas unicelulares distintas.

A Grande Oxidação e o surgimento dos organismos eucariotas conduziram ao aumento do consumo de energia pela biosfera, levando paralelamente ao aparecimento de novos níveis de organização biológica com genomas maiores, formas de vida mais complexas e tipos de células diferenciadas. Há cerca de 575 milhões de anos, surgiram os animais e a aquisição de energia passou a fazer-se, sobretudo, através da caça e do consumo de outros organismos, em especial outros animais. Isto provocou um outro marco na história da Terra, a etapa energética da biomassa, o qual, em 40 milhões de anos, transformou de novo o planeta. Até aqui, os ecossistemas eram, essencialmente, microbianos. No entanto, o aparecimento de animais e predadores provocou um grande incremento no tamanho dos organismos, proporcionou novos tipos de ecossistemas e um aumento dos impactos da vida no fabrico do planeta. O aumento da predação complexificou as teias tróficas e as relações presa-predador aumentaram o ritmo de diversificação animal. Isto coincidiu com o aparecimento de novos nichos para a vida (por exemplo, no interior do trato intestinal dos animais) e a evolução da armadura. O aumento do tamanho e da mobilidade dos organismos, associado à produção de dejetos, aumentou a capacidade de distribuição e reciclagem de nutrientes. Por outro lado, a

---

<sup>3</sup> Organismos unicelulares sem núcleo que utilizavam a reação entre o hidrogénio e o dióxido de carbono para obter energia

<sup>4</sup> Estes ambientes ainda existem junto às fontes hidrotermais no mar profundo

<sup>5</sup> A primeira evidência de produção de oxigénio através da eletrólise da água no processo fotossintético ocorreu há 3-2.7 mil milhões de anos por uma primitiva cianobactéria que corresponde ao antepassado de todos os organismos fotossintéticos hoje conhecidos no planeta.

<sup>6</sup> Entre 2.45-2.32 mil milhões de anos

capacidade de revolver e movimentar o solo (bioturbação) aumentou a mistura e oxigenação dos sedimentos. Estes epifenómenos, em conjunto, contribuíram também para uma reorganização dos ciclos biogeoquímicos do planeta.

O fogo, a fonte de energia livre mais recente, surgiu com a expansão das plantas vasculares terrestres, como resultado da coocorrência de ignição, oxigênio e combustível<sup>7</sup>. A expansão das plantas vasculares duplicou a produtividade terrestre, criando florestas globais que chegaram a ultrapassar a produtividade atual da biosfera. Este aumento de produtividade e a existência de novas formas de simbiose, nomeadamente entre plantas e fungos, levou a uma complexificação adicional dos ecossistemas permitindo uma reciclagem mais eficaz de nutrientes limitantes (principalmente fósforo) em circuitos terrestres, antes da sua perda para o meio aquático. O aumento da abundância das plantas terrestres permitiu também uma nova forma de acumulação de carbono orgânico de difícil biodegradação para enterrar nos sedimentos e fontes de alimento adicionais para suportar o aumento da complexidade dos animais, incluindo o aparecimento dos homínídeos e, mais tarde, dos humanos.

Para o fogo passar a estar disponível como fonte de energia, foram também necessárias duas etapas adicionais: a primeira está relacionada com a evolução de uma criatura do fogo – um membro do género *Homo* – que, algures entre 1.5-0.4 milhões de anos, começou a controlar o seu uso, usando-o deliberadamente, em especial para cozinhar. A segunda etapa é mais recente e prendeu-se com a utilização mais sofisticada do fogo: inicialmente, na construção de utensílios e máquinas para poupar esforço humano no trabalho, e, mais tarde, na geração de luz e calor, na invenção do motor de combustão interna, e na descoberta do processo de fixação do azoto em fertilizantes. Estes avanços tecnológicos transformaram profundamente o planeta: o contributo humano, em energia, para produzir e distribuir um nutriente limitado como o azoto, aumentou substancialmente a produtividade dos sistemas agrícolas e permitiu o aumento das populações, quer humanas quer de animais domésticos. As mudanças geológicas a ocorrer na idade do fogo estão também a ser dramáticas, observando-se a subida dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, a subida do nível do mar e a sua acidificação, o aumento da eutrofização e poluição, a reconfiguração da paisagem através da mineração, construção de barragens e crescimento de cidades, a introdução de novos elementos químicos e a modificação substancial de vários ciclos biogeoquímicos.

## A espécie humana: trajetória e marcos<sup>8</sup>

O desenvolvimento do cérebro no género *Homo* permitiu o aparecimento da cultura como um sistema de codificação, armazenamento e alteração de padrões de comportamentos. Este sistema de codificação não tem como base as moléculas do código genético a operar no tempo evolutivo, mas a memória e a comunicação oral e escrita a operarem no tempo das gerações. Há cerca de 750 mil anos, o *Homo erectus* tinha ainda um cérebro substancialmente inferior ao do humano atual, mas estava a conseguir aumentar a sua população e expandir-se dos trópicos para as zonas temperadas e já dominava o uso do fogo para cozinhar. Domar o fogo e cozinhar a comida deram uma grande vantagem evolutiva aos humanos, uma vez que isto significou uma maior disponibilidade de energia e uma maior

---

<sup>7</sup> Enquanto os relâmpagos sempre existiram, as outras duas condições só surgiram em simultâneo há cerca de 420 milhões de anos e esta combinação só existe na superfície emersa da Terra

<sup>8</sup> Com base em Lenton et al (2016), Wilson (2012) e Crosby (1986)

diversidade alimentar, potenciando ainda maiores cérebros, mais capacidades sociais e possibilidade de expansão para habitats mais frios. Os primeiros fósseis com as características do *Homo sapiens* surgiram há cerca de 300 mil anos. No entanto, crê-se que a espécie se tenha mantido relativamente rara até, há cerca de 40 mil anos, se expandir para a Europa e, progressivamente, se tornar dominante e única espécie sobrevivente do género *Homo*.

No Paleolítico, os humanos viveram em comunidades nómadas de recoletores e caçadores, adotando sistemas em que simplesmente aproveitavam a energia e os ciclos de materiais disponíveis. Não havia controlo da energia solar ou a introdução de novos circuitos biogeoquímicos, apesar do uso do fogo e da caça poder já ter criado impactos ambientais locais ou regionais e a capacidade de cozinhar ter permitido um aumento do retorno energético alimentar. No geral, as comunidades nómadas tinham um impacto limitado no ambiente planetário, ocupando grandes áreas de densidade populacional muito baixa e mobilidade elevada. No início do Neolítico, a população da espécie *Homo sapiens* era cerca de 2 a 4 milhões de indivíduos (aproximadamente a população atual da área metropolitana de Lisboa), com um uso global de energia cerca de 1000 vezes inferior ao de 1850 d.C. e cerca de 10000 vezes inferior ao do início do século XXI. A baixa densidade populacional e a mobilidade preveniam também a acumulação de utensílios e o desenvolvimento de instituições complexas, uma vez que o custo de instituições de resolução de conflitos era muito maior do que o afastamento voluntário. Assim, a organização social dos humanos do Paleolítico é tipicamente representada por pequenos grupos igualitários com baixa complexidade interna, reproduzindo imagens de comunidades recoletoras e caçadoras que sobrevivem na atualidade nas margens geográficas e ambientais das sociedades modernas.

O início do Holoceno, há cerca de 12000 anos, é associado à revolução energética do Neolítico, momento em que os humanos passaram a viver predominantemente em sociedades agrárias que controlavam a energia solar. Este novo regime surgiu autonomamente em todos os continentes, com exceção da Oceânia, e envolveu a domesticação de animais e o cultivo de plantas, o controlo da sua reprodução (tornando-os recursos renováveis) e a fixação das populações. Inicialmente, esta transformação não levou a um aumento da população humana, uma vez que o novo modo de vida implicava menor disponibilidade energética *per capita*, envolvia uma dieta menos diversificada e nutritiva, aumentava a probabilidade de doenças e facilitava o escalonamento de conflitos. Isto manifestou-se numa progressiva diminuição da altura média dos humanos; apenas no século XX se atingiu, de novo, a altura média humana do fim do Paleolítico. Aumentos de produção surgiram, primariamente, por melhorias tecnológicas que implicaram maior esforço de trabalho humano e animal e aumento da área de produção, sem se traduzir numa melhoria das condições de vida individuais. Em geral, as sociedades agrárias tinham fortes estrangimentos no excedente energético que podiam alcançar, requerendo uma muito elevada percentagem da população dedicada à produção, e atribuindo, progressivamente, maior importância à definição, controlo e defesa territorial.

A geração de excedentes energéticos e materiais permitiu, eventualmente, o aumento da população humana e o aparecimento de sociedades urbanas, num processo que se iniciou há cerca de 5000 anos depois do aparecimento da agricultura e continuou até à revolução industrial<sup>9</sup>. Este aumento populacional conduziu ao desenvolvimento de organizações sociais mais complexas, à inovação tecnológica, ao aparecimento da escrita, à divisão do trabalho e à estratificação social. O aumento dos fluxos da energia ligados à agricultura levou também ao aumento do metabolismo social, tanto na procura e acumulação de materiais como na produção de resíduos. Por outro lado, estimulou a troca de bens, o comércio e a

---

<sup>9</sup> Na altura da terceira guerra Púnica, a população total do planeta era menos do que 100 milhões de habitantes, em 1500 d.C. era perto de 450 milhões e em 1850 d.C. era cerca de 1.3 mil milhões

redistribuição, criando dependências mútuas que potenciaram os conflitos e a criação de instituições para a sua resolução (por exemplo, padres e juizes). A acumulação e concentração de recursos nas cidades atraiu predadores, quer humanos, que estimularam o aparecimento de instituições de defesa, quer de outros animais que propiciaram novos tipos de doenças e focos epidémicos<sup>10</sup>.

Ao contrário das várias manifestações da revolução do Neolítico, que ocorreram autonomamente em vários continentes e ao longo de vários milénios e tiveram desfechos distintos para as populações do velho e do novo mundo, a revolução industrial foi uma singularidade histórica. Este marco surgiu na Inglaterra do século XVIII e, em 150 anos, alastrou-se pelo mundo, criando um novo regime energético que decuplicou o uso global de energia pelos humanos e fez a população total subir para seis mil milhões (aproximando-se já dos oito mil milhões em 2019 e estando projetada para atingir os 11.2 mil milhões até 2100). Este incremento de captação energética pela industrialização foi acompanhado por profundas mudanças nos ciclos dos materiais. Entre 1870 e 2000, o uso médio de materiais triplicou (de 3.4 para 10 toneladas *per capita* por ano), embora o uso de biomassa se tenha mantido constante em 3 toneladas por ano. Este consumo está distribuído de forma muito desigual pelo planeta, com cerca de 15% da população mundial a viver em países com regimes maduros de energia industrial, 44% a viver em países em transição energética e os restantes 40% a viver em países com usos de energia ainda em condições próprias de sociedades agrárias.

## Antropoceno e limites planetários<sup>11</sup>

Tal como todos os animais, os humanos são heterotróficos - ou seja, o seu metabolismo depende dos produtos da fotossíntese. Entre 1908 e 2008, o aumento da produtividade agrícola, através do uso maciço de fertilizantes de azoto, calcula-se que levou a um aumento populacional de quatro mil milhões de indivíduos. Mas os humanos são das poucas espécies capazes de criar e manter um metabolismo social através da cultura e da reprodução seletiva de animais e plantas, da construção de edifícios e de grandes infraestruturas e da produção de artefactos. Este metabolismo social, baseado na agropecuária e na tecnologia, estende o uso de energia e de materiais para além dos meros requisitos biológicos fundamentais para a sobrevivência e manutenção de homeostasia individual: nas sociedades modernas industriais, a quantidade de energia e materiais usados para produzir e reproduzir plantas agrícolas, animais domésticos e artefactos é, tipicamente, duas ordens de grandeza superior ao metabolismo biológico basal da população mundial da espécie humana. Nestas condições, o fluxo energético anual do metabolismo social chegou no ano 2000, a representar um terço da produtividade global terrestre, sendo 30% superior ao fluxo energético total da biomassa heterotrófica não humana na biosfera.

Ao longo da história da Terra, cada revolução energética resultou do aparecimento de novos mecanismos de sistemas biológicos ou sociais para captar energia e para aceder a matérias anteriormente subaproveitadas (tornando-as, assim, recursos). O incremento de energia disponível privilegia, temporariamente, os sistemas inovadores, fomentando o aumento da sua abundância e tornando-os globalmente importantes ou até dominantes. Assim, em cada nova fase energética até hoje, a evolução tem contribuído para alargar a

---

<sup>10</sup> Existe também a interação dos dois fatores, pela propagação de doenças por animais domésticos importados pelos colonizadores Europeus – veja-se Crosby (1986) sobre imperialismo ecológico

<sup>11</sup> Com base em Rockstrom et al (2009), Zalasiewicz et al (2010), Ward et al (2016) e Lenton et al (2016)

variabilidade metabólica, aumentar a eficiência com que a vida consome energia e recursos e aumentar a preponderância da componente “bio” nos ciclos dos elementos. Embora isto pareça linear e determinístico, a dinâmica terrestre tem sido cada vez mais complexa e nada garante que, no futuro, não se torne mais imprevisível. Cada expansão energética acaba por ser travada pelo aparecimento de novos limites, quer por escassez resultante do aumento da procura de materiais quer por acumulação de resíduos tóxicos e pela criação de desequilíbrios ambientais. Por outro lado, os desequilíbrios de origem biológica sempre interagem subordinadamente com desequilíbrios de origem física e geológica: o desaparecimento de qualquer fonte de energia, mesmo que temporariamente, como, por exemplo, as resultantes de grandes erupções vulcânicas ou colisões com asteroides, leva à contração da biosfera, enquanto a deriva continental altera quer os habitats quer a conectividade da biosfera, modificando assim as vantagens evolutivas das adaptações do momento.

Atualmente considera-se que os humanos são a principal fonte de mudança planetária e que estão a tornar-se, por si, numa força geológica (vulgarmente, mas ainda informalmente, chamada nova época geológica do Antropoceno). Do ponto de vista da observação da história da Terra, no contexto das transições energéticas, o Antropoceno parece verdadeiramente uma nova etapa no desenvolvimento geológico e biológico do planeta. A tecnologia do fogo conduziu a Terra a um terceiro ponto de inflexão (depois da Grande Oxidação e do aparecimento da mobilidade animal), no qual as consequências da mudança podem não se restringir apenas à Terra, mas influenciar também outras componentes do sistema solar. Neste contexto, pela primeira vez na história da espécie humana, a saúde da biosfera pode ser encarrada como um recurso comum global que começa a escassear (com limites planetários a serem atingidos ou ultrapassados), com consequências imprevisíveis para o metabolismo social humano e para a própria biosfera. Atualmente considera-se que o nível de extinção de espécies é 1000 vezes superior às taxas tipicamente observadas no passado, assumindo-se que, apesar da biomassa total se manter elevada, a biodiversidade planetária começa a diminuir.

## Objetivo e organização da tese

No Antropoceno - e, em particular, no século XXI - introduziram-se, pelo metabolismo social humano, novos desafios ambientais planetários. Estes estão, possivelmente, fora do alcance de resolução por parte das organizações sociais e políticas existentes nos diferentes estados e nas organizações internacionais atuais: para manter a Terra em condições ambientais compatíveis com a vida humana é necessário transitar para fontes de energia descarbonizadas e voltar a fechar os ciclos dos materiais. Esta é a premissa base desta tese. A tentativa de transição para um sistema de controlo da energia solar de segunda geração com afluência e sem abundância, traz desafios de difícil resolução. Em particular, destaca-se a necessidade de compreensão de como os atributos culturais se comportarão sem crescimento de uso material e como evoluirá a distribuição do acesso a recursos físicos e não físicos, tanto dentro dos estados soberanos como entre eles.

Esta constatação traz consigo a normatividade da definição de limites e da escolha vinculativa de caminhos, o que transfere a discussão para o campo político. Do lado da energia, um sistema energético sustentável e capaz de reverter os atuais desequilíbrios da queima, parece tecnologicamente viável nas próximas décadas. No entanto, as transformações tecnológicas não acontecem num vácuo social e muitas vezes têm efeitos secundários imprevisíveis. Por outro lado, a produção de alimento não pode ser descarbonizada, requerendo outras intervenções no metabolismo social para se voltar a fechar o ciclo de carbono de forma

mais eficiente. Muito maior é o desafio para voltar a equilibrar o ciclo do azoto (atualmente em excesso) e do fósforo (atualmente em escassez), enquanto o ciclo da água está, também, dependente da evolução de outras dimensões ambientais com importância planetária. No âmbito geral desta transição, a dimensão material do metabolismo industrial é consideravelmente mais difícil de corrigir, porque é mais complexa, inerte e inflexível, estando intimamente ligada, ou até “trancada”, quer pelas opções económicas e políticas que atualmente prevalecem quer pelas trajetórias populacionais das próximas décadas.

Os atuais desequilíbrios do metabolismo social humano manifestam-se no planeta com externalização universal de responsabilidades, acumulação de resíduos e escassez de materiais, condições que criam terreno fértil para tragédias de comuns globais. Neste sentido, esta tese tem o objetivo de analisar propostas económicas e/ou políticas de transformação ou redução do metabolismo social planetário no terreno da filosofia e teoria política. Isto é feito no contexto das principais tradições de internacionalismo (realismo, racionalismo e revolucionismo), para elucidar a verossimilhança e possíveis consequências de ação e inação de quatro cenários<sup>12</sup>:

- A reforma económica, através da dissociação entre o crescimento económico e os impactos ambientais;
- A reforma política, através da celebração de um novo contrato biossocial aonde se reconhece o espaço ambiental como um novo bem primário;
- A mudança económica radical, através da prossecução de objetivos de decrescimento sustentável;
- A mudança política radical, através da modificação nas instituições e nos regimes no planeta como o objetivo de diminuir controladamente a população humana.

Neste percurso, será feita referência a três pensadores: Panagiotis Kondylis, Danilo Zolo e Martin Wight, cujas linhas de pensamento são sucintamente apresentadas no próximo capítulo (Bases metodológicas) - em particular, a teoria descritiva da decisão, a análise das ligações entre democracia e complexidade e a teoria dos sistemas de estados, respetivamente. No Capítulo I introduzem-se conceitos biológicos e de ecologia humana relevantes para o desenvolvimento da tese: a seleção natural, proposta por Charles Darwin (1858-60); a seleção de grupos e a eusocialidade, propostas por Edward Wilson (2012); a tragédia dos comuns, proposta por Garrett Hardin (1968); e a relação dos três com os conceitos de cooperação e competição. No Capítulo II é introduzido o conceito de Cosmopolis (Zolo, 1997) e analisadas formas de atingir a paz internacional (ou, pelo menos, reduzir o medo de guerras) através da categorização das tradições de internacionalismo de Martin Wight e a apresentação dos seus principais representantes. Por fim, no Capítulo III analisam-se os quatro cenários acima referidos para transformar ou reduzir o metabolismo social planetário no terreno da filosofia e da teoria política, utilizando como instrumento de crítica as principais tradições de internacionalismo (realismo, racionalismo e revolucionismo).

---

<sup>12</sup> Exemplificados por Ward et al (2016), Corning (2012), Kallis (2011) e Hardin (1968) respetivamente

## BASES METODOLÓGICAS E APOIO CONCEPTUAL

In the language of 20th-century commentators, traditional thinking was magnificently verbal and deplorably non-numerate. One of today's cardinal tasks is to marry the philosopher's literate ethics with the scientist's commitment to numerate analysis<sup>13</sup>

O desenvolvimento deste trabalho baseia-se extensivamente no pensamento e na obra de três pensadores contemporâneos: o grego Panagiotis Kondylis, o italiano Danilo Zolo e o inglês Martin Wight. Os três, aparentemente, não interagiram entre si, apenas o segundo tinha conhecimento da obra do terceiro. Todos, no entanto, se interessavam por temáticas na interface da filosofia política e das relações internacionais e tinham uma tendência para se focarem na “verdade efetiva da coisa”, que coloca a ontologia acima da gnosiologia e da epistemologia<sup>14</sup>. Isto levava-os a não se preocuparem com quebras de barreiras e métodos disciplinares na procura da compreensão (“as diferenças entre pensamento, teoria e filosofia são parte na precisão da formulação e parte no grau de profundidade. Mas não me preocupo com estas e ignoro-as”)<sup>15</sup> e foram amplamente criticados por isto. Neste aspeto, eles convergem com a recente teoria da ontologia orientada para objetos (definidos como tudo o que não pode ser reduzido a uma de duas formas de conhecimento: o que o constitui ou o que faz), segundo a qual o par verdade/conhecimento é substituído pela busca da distância entre conhecimento e realidade (não há tradução de qualquer coisa sem dispêndio de energia, sendo impossível entender perfeitamente seja o que for)<sup>16</sup>.

Apesar dos três pertencerem à categoria dos que “estão mais preocupados em compreender o mundo do que em mudá-lo”, há uma gradação em termos de ideologização para fins de ação política: Kondylis manteve-se convictamente e firmemente fora do domínio da ação ao longo de toda a vida (com ligeiras quebras na adaptação de algumas das suas obras para grego, quando inseria um capítulo com considerações específicas da temática para a Grécia que podem ser vistas como conselhos de navegação); Wight teve uma intensa vida de ativista<sup>17</sup>, mas, de alguma forma, cuidadosamente isolada da sua vida académica, onde mantinha as suas convicções pessoais enigmáticas; finalmente, Zolo foi o único que utilizava discórdias públicas para desenvolver as suas análises sobre temas da atualidade e para participar ativamente no debate.

Neste capítulo faz-se uma breve apresentação de cada pensador, bem como de conceitos elucidativos do pensamento de cada um deles, que se considera com relevância para o resto da tese: no caso de Kondylis, apresenta-se a teoria descritiva da decisão; no caso de Zolo, refere-se a relação entre complexidade e teoria política; finalmente, no caso de Wight, apresenta-se o reconhecimento e estudo comparativo de sistemas de estados.

---

<sup>13</sup> Hardin (1998)

<sup>14</sup> Papanoutsos (1973), p. 19

<sup>15</sup> Wight (2005), p. 208 – sobre a distinção entre filosofia política das relações internacionais, teoria internacional e pensamento internacional

<sup>16</sup> Harman (2017)

<sup>17</sup> Hall (2014)

## Panagiotis Kondylis: Teoria Descritiva da Decisão<sup>18</sup>

“... o resultado mede-se respondendo à pergunta: quantos e quão importantes fenômenos empíricos, quanta história viva consegui com a minha teoria tornar mais compreensíveis?”<sup>19</sup>

Panagiotis Kondylis (PK, 1943-1998) foi um pensador que se definiu como um observador das coisas humanas, um analista do comportamento humano em contextos específicos. Considerava que o seu interesse pelo comportamento humano não era na perspectiva “da” filosofia nem “da” política nem “da” sociologia nem “da” história. Pelo contrário, procurava tornar visível a unidade das estruturas básicas do comportamento humano e demonstrar a lógica interna das suas manifestações nos domínios da ação filosófica, política, social e histórica. Assim, tratava qualquer texto não pelo seu valor nominal e autorreferencial<sup>20</sup>, mas relativamente à função política das afirmações nele contidas. Assumia que cada conceito surge no âmbito de um contexto polémico específico e quaisquer atos linguísticos, mesmo os que constroem as teorias das ideias ou os sistemas de pensamento filosófico, constituem, sem falta, vetores de uma função social ou política.

Na teoria descritiva da decisão, PK definiu a decisão de um sujeito como a ação ou processo de separação (*de-cisio*) por meio da qual se forma uma mundividência adequada para garantir a capacidade de orientação necessária à sobrevivência e à acumulação de poder (decisão “recrutada”). Conhecimento e vontade fundem-se em absoluto no processo. A decisão é, assim, conhecimento baseado em critérios específicos, nos quais se cristaliza a vontade de sobrevivência do indivíduo. A tomada de decisão atribui ao indivíduo a sua identidade, definindo a sua posição no mundo. Quanto mais objetiva parecer esta mundividência e o conhecimento nela contida, mais robusta se torna a sensação da identidade e mais segura parecerá a orientação do indivíduo no mundo. Muito frequentemente – e, principalmente, em grupos hierarquicamente estruturados ou estáveis por longos períodos - a ação ou processo de decisão do indivíduo tende a coincidir com as normas comportamentais assumidas pelo grupo.

A mundividência molda os comportamentos que definem a vida humana no seu quotidiano, determinando as normas que orientam o indivíduo, as lutas que assume e os amigos e inimigos que escolhe. O problema existencial da inimizade antecede o problema teórico da verdade e, assim, o encontro e a afirmação duma verdade teórica fazem parte da luta com o inimigo. Segundo esta ordem, a mundividência é obrigada a separar o Aqui do Além recorrendo, para tal, a uma separação complementar entre a vida verdadeira (dos princípios normativos, aonde se colocam as demandas do poder e a superioridade do intérprete) e a vida banal do fazer de conta (da realidade empírica, aonde atua o inimigo que deve ser vencido). Esta separação acarreta vantagens ontológicas ao sujeito, uma vez que aponta para justificações supostamente objetivas para a decisão (decisão “objetivada”), através de

---

<sup>18</sup> Kondylis (2001)

<sup>19</sup> : Excerto de entrevista rara de PK a Marin Terpstra na Universidade de Nijmegen (Holanda) em Setembro de 1993, no âmbito de simpósio dedicado à sua obra (reproduzida pela revista grega Leviathan em 1994)

<sup>20</sup> “As ideias não são espelhos nos quais uma sociedade pode ver refletida a sua situação atual, mas sintomas e indicações das condições de existência específicas” – Kondylis (2001), p. 157

requisitos de generalidade, de verdade e de vinculação, escondendo ou negando a individualidade das raízes históricas e existenciais da luta.

Os princípios normativos e os valores são uma extensão necessária da luta pela existência no contexto de uma sociedade organizada. A regulação da vida social é baseada na negação da satisfação imediata ou arbitrária das vontades primárias dos seus membros e o princípio básico do cumprimento das regras sociais interioriza-se, valoriza-se e ensina-se de várias formas. Assim, as demandas de poder dos sujeitos só podem ter êxito quando apresentadas como princípios normativos e como valores, declarando o seu respeito pelos princípios básicos da vida social. Este respeito é verdadeiro, pelo menos, no sentido de que um domínio só pode ser exercido num contexto social, criando também a ilusão de falta de interesse próprio (é genericamente aceite que “objetivo” só pode ser alguém que não é movido por nenhuma inimizade nem se posiciona em função dos seus interesses).

As ideias são vistas por PK como instrumentos nesta luta, podendo ser produzidas, adotadas, recombinações ou abandonadas em função das necessidades e das circunstâncias de cada polémica. O comportamento do sujeito é dependente do conteúdo das suas ideias, não direta e logicamente, mas indireta e simbolicamente. Assim, as ideias não são espelhos de uma sociedade, mas sinais e sintomas de condições específicas de existência e resultados de lutas concretas por poder (este poder não é só social, estende-se à esfera das lutas conceptuais para o domínio das várias teorias intelectuais, incluindo as filosóficas). Uma análise das ideias no seu valor nominal não pode fornecer uma imagem adequada de uma sociedade, uma vez que a sua organização resulta da combinação específica de amigos/inimigos num contexto histórico concreto. Uma ligação das ideias com uma identidade e com uma específica demanda de poder é capaz de ter muito maior valor existencial e social do que o seu conteúdo ou o seu valor nominal.

Os conceitos, quando não se posicionam polemicamente, são amorfos e neutros, não têm nem forma nem estrutura. Mas para servirem como instrumento na luta existencial, os conceitos centrais à disputa requerem uma interpretação mais abrangente e carregada com valorações e normatividade, tornando-se em “estruturas conceituais”. A combinação de várias estruturas conceituais, na tentativa de derrubar logicamente o inimigo, requer uma escolha entre uso polémico e lógico e conduz a saltos lógicos na defesa da posição polémica. Isto acontece porque a mundividência com aspirações de poder social tem de oferecer tanto uma explicação do mal e do sofrimento atual (que requer a ação do inimigo) como uma perspectiva de futura libertação (que estabelece a importância do representante e intérprete da teoria). Estas explicações requerem estruturas conceituais que devem ser munidas de argumentos lógicos para derrubar o respetivo argumento do inimigo, sem necessariamente ter de se verificar a coerência e articulação lógica entre elas.

Uma vez que a predominância da relação polémica tende também apropriar a estrutura de pensamento do inimigo, mas em sentido inverso, os saltos lógicos acabam por ficar diretamente ligados com a disputa de poder. Por outro lado, dado que o inimigo, em cada situação, é específico, surge a historicidade da decisão e a história das ideias. Esta última funciona como um pano de fundo para a orientação de novas teorias perante o inimigo do momento, através de decisões de separação, combinação ou modificação de teorias anteriores. Neste processo, mesmo o conhecimento dos factos é o conhecimento de relações entre factos num contexto de interpretação, mostrando os limites da capacidade da mente humana – a posição que um facto adquire, no enquadramento existente, consiste no seu significado.

Para poder existir, a teoria descritiva da decisão tem, na sua declaração programática, de se afastar de qualquer valoração ou polémica: só pode considerar as coisas e pensar logicamente e livre de qualquer valoração quem não se sente existencialmente preso a algum

valor. Isto resulta não tanto da compreensão da subjetividade e da relatividade dos valores, mas da desistência de qualquer papel de iluminação ou de cura (por outras palavras, de liderança). Simplesmente procura descrever a normatividade que, necessariamente, domina a vida social e que, de certa forma, é condição para a sua manutenção e propagação no longo prazo. Para poder fazer isto, a teoria descritiva da decisão também não aceita a decisão como dever existencial, nem reconhece a ligação da decisão com algum Dever supostamente objetivo.

## Danilo Zolo: Democracia e Complexidade<sup>21</sup>

“The realistic definition of democracy should in fact abjure any definition of “public ethics” ...It should, on the contrary, recognize its own limitations and its own radical contingency and leave to other social spheres – culture, art, music, friendship, scientific study and even religious belief – the enquiry into ultimate ends and the promotion of values. Politics should therefore be restored, even in the more demanding and radical democratic schemes, to its laical functions of the organization of particular interests, the mediation of conflicts, the guarantee of security and the protection of civil rights.”<sup>22</sup>

Danilo Zolo (DZ, 1936-2018) foi um jurista e filósofo que procurou conciliar um olhar realista na organização política dentro e entre estados, sem se conformar com os concomitantes abusos do poder. Assumiu a sua aliança com a tradição do pensamento de Maquiavel e Hobbes, dos elitistas Italianos e de Schumpeter e Weber; mas, em simultâneo, afirmava a sua aliança com “noções clássicas de resistência ao poder e a luta contra a sua insolência, abuso e privilégios”. Justificava esta aparente contradição através “das lições dos tempos recentes”, ligadas com o desfecho do nazismo e comunismo. Focou a sua atenção nas sociedades pós-industriais modernas e procurou dissociar a discussão política da discussão ética. DZ via as doutrinas éticas como sistemas de crenças estabelecidos nas sociedades, fazendo parte dos hábitos, regras práticas e códigos simbólicos que grupos e indivíduos escolhem para nortearem a sua vida social (e que fazem parte do “folclore” transmitido entre gerações pelas tradições culturais). No campo da teoria política, DZ recusou-se a acompanhar os pressupostos liberais da racionalidade do interesse próprio em maximizar uma função de utilidade com a ação política, não admitindo a racionalidade ilimitada ou a informação perfeita e reconhecendo a influência da propaganda política. Preferiu, por isso, o uso de teorias heurísticas “fracas” para interpretar e compreender a política como meio de adaptação e alcance de objetivos em contextos de decisão condicionados pela contingência.

No ensaio sobre democracia e complexidade, DZ começa por explorar a relação de complexidade com a teoria política. Ele vê a complexidade não como um conceito descritor de propriedades objetivas de fenómenos naturais ou sociais, mas como uma situação cognitiva em que agentes, indivíduos ou grupos sociais se encontram. As relações construídas ou projetadas como tentativas de orientação (ordenação, previsão, planeamento e manipulação do ambiente) serão mais ou menos complexas em função das circunstâncias - e o mesmo acontecerá com as ligações efetivas dos agentes com o ambiente. Em geral, DZ considera que a complexidade aumenta com o alargamento do espectro de possíveis opções de escolha e o

---

<sup>21</sup> Zolo (1992), principalmente capítulo 2 (mas também, 1,3 e 6)

<sup>22</sup> Zolo (1992), p.180

número de variáveis a considerar na tentativa de resolver problemas de conhecimento, adaptação e organização; o aumento da interdependência das variáveis; o aumento da instabilidade ou turbulência do ambiente e a sua tendência de mudar bruscamente ou com trajetórias imprevisíveis; e a circularidade cognitiva dos agentes que tomam consciência do aumento da complexidade do seu ambiente. Este último representa, também, uma forma de complexidade epistemológica, na qual é necessário reconhecer o entrelaçamento cognitivo do agente e do seu ambiente em condições de maior complexidade (epistemologia reflexiva).

Esta reflexividade epistemológica rejeita a possibilidade de uma ciência do político mas enaltece a importância da investigação em filosofia política: dada a complexidade dos fenómenos políticos e dado que a complexidade tende a aumentar com a diferenciação social, o valor de qualquer análise que pretende ser restringida aos fenómenos “empiricamente observáveis” está condenado a diminuir. No contexto de epistemologia reflexiva, esta investigação filosófica refuta a distinção entre a dimensão cognitiva dos factos e a ético-avaliativa das preferências e prescrições morais, uma vez que a linguagem da teoria - até dos níveis mais elevados da ciência - não consegue evitar a inclusão de elementos de avaliação. A proposta de DZ inclui uma clara distinção entre a dimensão axiológica, que inclui juízos de valor e a dimensão normativa, que inclui prescrições com requisitos de universalidade, racionalidade e obrigatoriedade para todos. Na ótica de DZ, a natureza avaliativa da linguagem da teoria elimina a objetividade do conhecimento científico e a possibilidade de fundar nela um sistema de ética prescritiva.

Assim, a função social das doutrinas éticas, juntamente com o resto das estruturas sociais, é de reduzir a complexidade de meio envolvente, filtrando entre diversas opções de decisão e permitindo, assim, aos indivíduos a tomada de decisões mais rápidas e coerentes. Todavia, os sistemas éticos, legais ou políticos não têm regras básicas que os tornem intrinsecamente obrigatórios<sup>23</sup>. Um sistema ético não pode ter outro argumento de adesão a não ser a decisão de agentes individuais, em graus de liberdade e consciência variáveis, de optar por conformar o seu comportamento de acordo com algumas regras. Na realidade, os membros de grupos sociais justificam as suas estruturas políticas com as condições históricas e sociológicas da distribuição dos recursos, vantagens e estatuto dentro do seu grupo, mas isto tem pouco a ver com ética universal: é uma justificação particular, contingente e altamente variável. Em vez de concordar de vez com princípios éticos gerais e imutáveis e com critérios distributivos a eles ligados, os grupos organizados e os indivíduos estão constantemente envolvidos num nexo de circuitos interativos que dão expressão ao potencial de conflito e à necessidade de segurança sentidos por cada grupo e que realizam o sempre precário equilíbrio entre diferentes sistemas de expectativas dos vários agentes sociais (alocação de recursos com a lógica de atribuição oportunista). Neste sentido, a doutrina neo-contratualista deve ser vista como elemento interno do sistema político: é uma tentativa de absorver simbolicamente o desalento e de neutralizar a desistência através do reforço emocional do código político da democracia.

DZ introduz a teoria da complexidade social como um contributo para a conceção realista da política que, de alguma forma, se distancia do realismo clássico que reduz a política à dimensão do poder (i.e. questões de força, ameaça, traição ou decepção). Esta tradição baseia-se numa visão pessimista da natureza humana, na qual sobrevive um resíduo de conceção ética universal que continua a considerar a política em termos éticos, enquanto procura, em simultâneo, autonomizar-se deles. Na conceção de DZ, o realismo político não requer uma visão pessimista do homem (nem proveniente de uma hipotética “natureza

---

<sup>23</sup> Fernando Gil: a necessidade do fundamento não dissimula inteiramente a contingência da fundação – em Pires Aurélio (2012)

humana” nem historicamente extraído da experiência) para ser filosoficamente justificado. Ele acredita que, nas sociedades modernas, os argumentos do realismo político surgem do processo da diferenciação funcional e do respetivo aumento de complexidade. Nas sociedades complexas, ética e política expressam-se em esferas de experiência claramente diferenciadas e são submetidas a códigos que não podem ser sobrepostos, sem o risco de perderem o seu significado funcional e nominal – por outras palavras, surge uma descontinuidade semântica crescente entre o domínio da ética e da política.

Esta conceção é baseada numa antropologia que só pressupõe a plasticidade de comportamentos do *Homo sapiens* através da falta de especialização dos instintos, que pode acomodar desde atitudes estabilizadoras de adaptação, cumprimento de rituais e adversidade ao risco até atitudes exploratórias e de jogo orientadas para o risco e a inovação. Esta plasticidade oferece, também, a origem biológica do binómio procura de segurança versus necessidade de liberdade, que constitui a mais profunda antinomia que a vida política procura acomodar. A falta de especialização de instintos torna os humanos mais livres do que qualquer outra espécie, mas, também, os torna estranhamente mal-adaptados à sobrevivência (ver próximo capítulo), colocando a espécie numa condição de insegurança constante. Esta insegurança leva ao medo como uma reação do indivíduo ou do grupo social perante a variedade incontrolável de possibilidades presentes num ambiente complexo. Para o evitar, os indivíduos procuram injetar elementos de ordem e estabilidade no fluxo caótico de fenómenos ambientais, tendo sempre constante a possibilidade do seu próprio desaparecimento.

Neste processo, o sistema político, como também a linguagem e o pensamento, podem ser interpretados como mecanismos homeostáticos de redução do medo. A regulação seletiva dos riscos implica a seleção dos riscos que devem ser politicamente cobertos e absorvidos pela estrutura do poder e constitui uma variável essencial do sistema político. Maior procura de proteção, i.e., redução da complexidade política, corresponde a uma maior perceção coletiva dos riscos e do potencial de conflito presente no ambiente e vice-versa: quanto maior for a perceção coletiva de escassez da comodidade “segurança”, maior a conflitualidade da competição entre grupos, uma vez que maiores níveis de medo social levam a níveis maiores de agressividade. Nesta procura de segurança, o mecanismo político mais básico para reduzir a complexidade ambiental é a delimitação do espaço político recorrendo à definição de uma fronteira interna/externa. Com esta delimitação, criam-se as condições para a implementação de uma serie de “filtros” que determinam a distribuição dos riscos sociais e a segurança através da definição dos temas que podem ser sujeitos a decisões políticas.

Estes mecanismos seletivos antecedem os rituais de decisão política e formam uma faceta do poder invisível e incontrolável, mas também contingente dentro de cada espaço político. Neste sentido, o código político impõe o seu critério sobre inclusão/exclusão, menos através da escolha entre alternativas e mais através do estágio prévio à decisão, no momento em que se define a agenda política e as suas prioridades. Assim, a distribuição seletiva dos riscos opera menos nos interesses e padrões comportamentais e mais no processo cognitivo da formação de desejos e preferências políticas (no qual a comunicação de massas adquire importância crescente com o aumento da complexidade). Para além disto, o mecanismo de delimitação cria um paradoxo funcional pelo qual o próprio requisito de autoidentificação obriga um grupo político a “produzir” os seus inimigos, tanto internos como externos – a demanda de segurança, como a oferta de proteção, inclui sempre uma designação dos agentes ou grupos contra os quais o serviço político de “redução do medo” é pedido ou oferecido.

## Martin Wight: Sistemas de Estados<sup>24</sup>

“If Sir Thomas More or Henry IV were to return in contemporary England or France they might admit that their countries had moved domestically towards goals of which they could approve. But if they contemplated the international scene it is more likely that they would be struck by resemblances to what they remembered...The stage would have become much wider, the actors fewer, their weapons more alarming, but the play would be the same old melodrama. International politics is the realm of recurrence and repetition; it is the field in which political action is most regularly necessitous”<sup>25</sup>

Martin Wight (MW, 1913-1972) foi um historiador que se interessou pelas relações internacionais, tendo sido um dos principais precursores do que, após a sua morte, foi conhecido como “a escola inglesa das relações internacionais”. MW procurou, ao longo da sua vida, conciliar uma profunda religiosidade cristã com uma percepção brutalmente realista da natureza da política internacional e uma sensação pessoal de repulsa moral perante aquela (via o marxismo e o nazismo como perversões do novo e do antigo testamento, respetivamente). Pacifista na juventude, viu-se obrigado a tornar-se objetor de consciência durante a segunda guerra mundial para manter a coerência com as suas crenças. Todavia, acompanhou a guerra e admirava Churchill. Em jovem, a sua escrita focou-se no conflito e anarquia nas relações internacionais: “Os (países) poderosos continuarão a procurar segurança sem referência à justiça, e a prosseguir os seus interesses vitais independentemente dos interesses comuns, mas é na fração que podem ser deflectidos que se situa a diferença entre a selva e a tradição da Europa”.

O MW era também um pessimista e tradicionalista que não alinhava com a crença do progresso que tinha sido embutida no pensamento cristão desde o século XVII e contribuído para um estado providência, com qualidade de vida, numas Nações Unidas de cristandade baseadas no otimismo secular da ausência de guerra: “a terceira guerra mundial é tão certa como o retorno do cometa Halley...Há uma grande tentação de pensar que, apesar do colapso da Liga (das nações), temos aprendido a nossa lição e que as Nações Unidas são um melhoramento da Liga e que, se nos preocupamos o suficiente, vai funcionar e vamos viver felizes para sempre. Estou convencido que estas são falácias perigosas. Nem considero que os cristãos tenham alguma razão em ostentar tais esperanças seculares. E acredito que chegou o tempo para que a discussão destas matérias entre cristãos procedam da compreensão de que o nível do qual uma filosofia política cristã tem de ser elaborada provém, não da Casa Branca ou de *Downing Street*, mas das catacumbas.”<sup>26</sup>

Entre 1958 e 1972, MW participou no Comité britânico da teoria da política internacional, no qual apresentou as suas ideias sobre o conceito de sistemas de estados (SdE) na forma de artigos de discussão<sup>27</sup>. MW via qualquer SdE como uma organização política

---

<sup>24</sup> Wight (2005)

<sup>25</sup> Opinião de MW em 1960 citada na Introdução do seu livro *System of States* produzida por Hedley Bull (p. 9)

<sup>26</sup> Wight (2005) p. 12: excerto de carta enviado de Nova Iorque em 1946 após um dia a assistir um debate no Conselho de Segurança da ONU.

<sup>27</sup> Artigos postumamente editados na forma do homónimo livro, introduzido pelo seu colega Hedley Bull

observável, lata e pouco coesa, e, por isso, fascinante: “como todas as organizações políticas os SdEs têm meios para defender os seus interesses comuns, através do equilíbrio do poder, ma, devido à sua relação solta e incoerente, estes meios podem ser pouco eficientes e existir mais na esfera da aspiração do que da operação”<sup>28</sup>. MW indica que o conceito tem origem num ensaio de Pufendorf de 1675 (*De systematibus civitatum*), que procurava entender a constituição germânica depois da paz de Westfália, pela qual a soberania do emperador tinha sido perdida ou entregue mas em que a passagem do poder para os príncipes continuava obstruída pela autoridade residual do emperador. Pufendorf definiu, assim, um SdE como “vários estados que são tão conectados que parecem constituir um único corpo, mas cujos membros mantêm soberania” e o termo passou a ser usado na literatura jurídica<sup>29</sup>. MW elaborou este ensaio através do estudo comparativo de sistemas que existiram, principalmente o moderno sistema de estados europeus ocidentais (que emana da cristandade ocidental) e o clássico grego ou grego-persa, mas também utilizando informação de outros artigos do Comité sobre a Índia antiga, a China imperial e o Islão.

Um SdE é composto por um grupo de estados soberanos que não reconhecem autoridade política superior (MW chama a esta definição soberania externa) mas que reconhecem a validade desta reivindicação a todos os outros membros do sistema. Os membros comunicam e interagem quase permanentemente através de quatro instituições: mensageiros (mas também embaixadores, espiões e reféns), conferências e congressos, linguagem diplomática e trocas comerciais. Para além destes aspetos estruturais e funcionais, MW assume que um SdE requer um grau de unidade cultural entre os seus membros. Não fica claro se isto significa simplesmente uma ética e código comuns - que implica a criação de regras mutuamente aceites sobre guerra, reféns, imunidade diplomática e direito de asilo - ou pressupostos comuns mais profundos como a ideologia ou a religião. Maior unidade cultural num SdE significa uma maior sensação de separação do resto do mundo fora do sistema, considerando que o SdE ocidental moderno é o primeiro que não tem relações externas desde que se globalizou. MW reconhece, no entanto, que “nada parece mais constante na história dos SdE helénico e ocidental moderno do que a inabilidade de estados independentes constituírem uma união voluntária que evite uma unificação imposta pela força. Quanto mais desenvolvido é um SdE, mais obstinado parece o paroquialismo dos seus membros.”<sup>30</sup>

O SdE helénico foi essencialmente hegemónico, com uma pólis a assumir uma liderança difusa e não contestada desde o sexto século a.C. Isto foi interrompido pela invasão persa, que obrigou a uma conceção mais coletiva e criou temporariamente a diarquia de Atenas e Esparta, que veio a degradar-se e dar origem à guerra do Peloponeso para o restabelecimento da primazia. Os impactos deste conflito de 40 anos foram sentidos 150 anos depois, com o estabelecimento de uma nova hegemonia nos tempos helenísticos que levou à criação do império romano. A teoria hegemónica coincide com um pressuposto igualitário sobre os membros do SdE, uma vez que os gregos não tinham uma conceção hierárquica da sociedade internacional. Também não tinham noções de direito internacional, uma vez que o objeto de pensamento social sistemático era a própria pólis, a qual não era considerada como detentora de direitos ou de obrigações para com outras organizações externas. Isto tornava-se bastante evidente na ausência de normas legais nos processos de resolução pacífica de conflitos. A maioria destes eram conciliatórios em vez de serem mediados e, quando

---

<sup>28</sup> Wight (2005), p. 155

<sup>29</sup> Mas vê também Bobbio (1993) – Hobbes and partial societies, nomeadamente p. 180-181; e Wight (2005) – Grotius e o uso da palavra *systema*, p. 127-128

<sup>30</sup> Wight (2005), p. 76

participavam terceiros, esperava-se discricção da sua parte, que pensassem em termos de equidade em vez de direito e que tomassem uma decisão mais moral do que jurídica para reestabelecer a amizade entre as partes, mais do que a obtenção uma solução tecnicamente satisfatória.

O SdE moderno emergiu da *Respublica Christiania* que tinha a Igreja como organização ecuménica a operar através da sua maquinaria de concílios. MW não considera a cristandade ocidental medieval como um SdE mas como uma teocracia, porque entende que prevalecia uma *societas christiania* uniforme e hierárquica, tornando o uso do termo internacional anacrónico. O que havia era uma ordem dual complexa de sistema de estados suseranos: o Império clamava jurisdição universal *in temporalibus* e a Igreja *in spiritualibus*, sendo que a segunda era mais eficaz na administração efetiva do poder. Os concílios gerais da Igreja eram suportados por uma burocracia internacional permanente e altamente competente (a cúria romana) que conhecia os antecedentes, organizava os eventos e garantia continuidade entre eles. A administração do Império era distribuída e fragmentada entre um grande número de unidades governamentais interligadas e mutualmente controladas numa estrutura hierárquica, mas que, desde o século XIII, progressivamente desenvolveram organização interna e demandas externas, fazendo nascer daí os conceitos da soberania e do estado.

O luta pela supremacia entre o Império e a Igreja degenerou, progressivamente, numa luta de dois grandes poderes geograficamente separados e que, ao longo de três séculos, destruíram a monarquia papal medieval e fez surgir, dos seu destroços, o SdE moderno. A formação do SdE moderno é já visível desde o Concílio de Constança (1414-1418), com o desenvolvimento das igrejas nacionais (que surgiu de um princípio de organização das Universidades por agrupamentos regionais) e a invenção da concordata (com acordos bilaterais que tinham o pressuposto de igualdade diplomática das partes assinantes). A concordata precipitou a transferência de poderes para príncipes seculares, aumentando os conflitos e a sensação de anarquia internacional que a quebra da segurança coletiva fornecida pela monarquia papal proporcionou. O Congresso da Vestfália (1648) conclui um século de conflitos religiosos e a secularização da sociedade internacional e do seu direito, consolidando um novo SdE com base no equilíbrio de poder. Este SdE nasce no território geográfico da cristandade ocidental, mas tem uma penumbra de influência progressivamente mais ampla desde o tempo dos descobrimentos, tornando-se finalmente global através da Liga das Nações e das Nações Unidas.

O reconhecimento mútuo de soberanias no âmbito do SdE significou a passagem do modo hierárquico inerente na cúria romana para um modo de reconhecimento mais igualitário observado na paz de Vestfália. Esta doutrina de igualdade significou não só o reconhecimento de tratamento igual perante a lei e a cerimónia, como o reconhecimento da graduação dos estados em função do poder (estando no topo os estados com aspirações universais e capacidade independente de fazer guerra). Acresce que a legitimidade internacional, como juízo coletivo sobre as condições e o direito de participação no SdE moderno, começou por ser dinástica, mas com Grotius passou a ser prescritiva, temperada por elementos de consentimento popular, e, depois da *glorious revolution*, passou a ser contratual. Após a revolução francesa, este reconhecimento passou a conter um princípio popular (semelhante à *eunoia*, no SdE grego), preocupado com a vontade e o consentimento dos governados. Foi, assim, criada uma zona de aproximação entre política nacional e internacional que tem feito o SdE ocidental moderno a estar mais perto do que qualquer outro a elevar a estrutura de governo a um princípio de legitimidade internacional.

Finalmente, a inexistência destes requisitos em formas de organização política internacional que não podem ser tratadas como SdE, conduziu MW para uma série de outras observações e distinções, uma vez que muita da história de política mundial moderna, em

particular fora da Europa, residiu fora dos limites de qualquer SdE. Isto fê-lo reconhecer o papel de organizações internacionais, associações transnacionais, corporações multinacionais, movimentos mundiais revolucionários e contrarrevolucionários, que o levaram a considerar que a penumbra do SdE moderno se expandiu, progressivamente, para criar, durante a segunda metade do século XX, um SdE sem fronteira externa (pelo menos no planeta Terra). Nesta reflexão final, MW levanta duas perguntas, que ficam em aberto: i) A maioria dos SdE acabam num império universal que engole todos os estados do sistema – existirá algum que não leve diretamente a este desfecho? (só se mantém pelo princípio do balanço de poder que é inerentemente instável e que, mais cedo ou mais tarde, conduzem ao monopólio do poder); ii) Por que motivo estamos inclinados a considerar um SdE como a forma mais desejável de organizar os assuntos de muitas pessoas, em detrimento de alternativas de qualquer outra natureza? (há algumas gerações que enfrentaram o fim de um SdE com alívio ou alegria).

## CAPITULO I: NATUREZA E COMUNS AMBIENTAIS

“We have created a Star Wars civilization, with Stone Age emotions, medieval institutions, and god-like technology. We thrash about. We are terribly confused about the mere fact of our existence, and a danger to ourselves and to the rest of life”<sup>31</sup>

A natureza humana e a motivação para a organização social são dois temas centrais na filosofia política e que estão também eminentemente ligados à biologia e à ecologia: dependendo da posição de partida perante o indivíduo humano (egoísta ou altruísta) e os motivos da sua confluência na pólis (colaborar ou competir), surgem teorias filosóficas distintas e até antagónicas. Isto torna-se bastante evidente comparando os dois modelos conceptuais que se tem utilizado para compreender a origem e fundação do estado na história da filosofia política ocidental até Hegel: o modelo associativo aristotélico e o modelo do contratualismo<sup>32</sup>.

O primeiro postula que as formas de associação primitivas surgiram pela necessidade (família, aldeia) e progressivamente se estenderam até chegar à associação ideal e perfeita: a pólis, que atinge a autossuficiência da vida boa. A política é o domínio de realização da justiça como virtude de atribuir a cada um o que lhe pertence e tem a ver com o cuidar de algo comum, acima dos interesses particulares. Neste modelo, o crescimento da coesão social surge pelas necessidades da vida, mas a existência da forma organizativa mais adequada surge em nome do ideal da boa vida. Este modelo persistiu por muitos séculos, propagando-se pela Idade Média até ao início da época moderna com alterações mínimas, concebendo a origem do estado na progressão natural de sociedades privadas e pré-políticas para sociedades públicas e políticas, através de sucessivas etapas caracterizadas por cada vez maior associativismo para fins cada vez menos individuais. O modelo baseia-se num tipo de sociedade humana específico e historicamente determinado, tendo a família como origem da manifestação do social (modelo de conceção histórico-sociológica). A relação entre a sociedade pré-política e a sociedade política é uma de continuidade e encaixe, nunca de contraposição. Isto significa, também, que o estado é visto como uma agregação de famílias e não de indivíduos, cujo estado pré-político não significa, necessariamente, igualdade e liberdade, mas pertença a uma hierarquia pré-estabelecida e harmoniosa. A passagem do pré-político para o político surge por motivos biológicos e ecológicos (expansão territorial, crescimento populacional, aumento de requisitos de segurança ou de provisão de recursos vitais, etc.), sendo que o estado não é menos natural que a família. Finalmente, o princípio de legitimação política deste modelo não é baseado no consentimento, mas na necessidade (*natura rerum*), apesar de esta última não merecer um estatuto de autonomia em relação ao domínio global da razão (e da ética).

Pelo contrário, a teoria do contratualismo sobre a origem e fundamentação do estado, surgida na modernidade, é um modelo conceptual que se baseia na rutura entre o estado da natureza e a sociedade civil (modelo de conceção racional). O estado da natureza é uma condição não política ou antipolítica composta primariamente por indivíduos não sociais, mas com sociabilidade. Eles vivem em condições de liberdade e equidade, apesar de haver variações significativas sobre a definição e valoração destes dois termos, ao ponto de o estado

---

<sup>31</sup> Wilson (2012), p. 7

<sup>32</sup> Bobbio (1993), comparação no capítulo 1 optando por usar o termo jusnaturalismo para descrever as várias formas do modelo do contrato social

da natureza tanto poder corresponder ao estado ideal a que se aspira regressar (Rousseau), quanto à situação de selva a corrigir pela imposição da sociedade civil e do Leviatã (Hobbes). A passagem do estado da natureza para a sociedade civil não ocorre por necessidade, mas por convenção através de atos racionais, deliberados e voluntários de indivíduos que querem sair do estado da natureza, com o poder soberano a provir de um contrato. Como resultado, a sociedade civil é um produto da cultura em vez da natureza e a sua legitimação provém do consentimento. A teoria do contratualismo foi metodologicamente moldada por Hobbes através da invenção e elaboração dos seus principais ingredientes: o estado da natureza, as leis da natureza, os direitos individuais e o contrato social. Ideologicamente, ele utilizou a teoria para conceber um estado de gigantesca obediência mecânica, mas a sua teoria teve consequências adicionais. Para além de abrir o caminho teórico para o positivismo legal<sup>33</sup>, também forneceu matéria-prima para a ideologia do contratualismo, desenvolvida por Locke para apoiar a luta da burguesia contra a aristocracia feudal, através da primazia da atividade económica individual e da propriedade privada atribuída no estado ainda da natureza. Estes princípios enformaram o estado liberal que surgiu após a revolução francesa, mas contribuíram também para o seu declínio e transformação em democracias de massas durante o século XX.

Este capítulo procura olhar para estes conceitos pelo ponto de vista da biologia e da ecologia, focando-se principalmente na evolução e na ecologia humana. A teoria da evolução através da seleção natural (publicada por Charles Darwin em 1858-1860), mas também a teoria da seleção de grupo em organizações sociais (lançada por Edward Wilson em 2012), e o conceito da tragédia dos comuns (lançado por Garrett Hardin em 1968) são relevantes para a discussão dos comuns globais ambientais e, por isso, são sucintamente introduzidos neste capítulo. Cada uma destas teorias utiliza o binómio cooperação/competição de forma diferenciada, tanto na importância relativa atribuída a cada componente como no nível de explicitação e justificação dessa atribuição.

## I.1 Variabilidade biológica e seleção natural<sup>34</sup>

A teoria da evolução através da seleção natural surgiu no apogeu da democracia liberal burguesa, no momento em que se confirmava a derrota do feudalismo teocrático da aristocracia hereditária e antes da generalização das lutas promovidas pela organização dos trabalhadores industriais nas economias capitalistas, o aparecimento do comunismo soviético e a progressiva transição para as democracias de massas. Apesar da extrema cautela de Darwin no tratamento dos assuntos metafísicos, o próprio reconhece que “nada me parece mais difícil do que acreditar no aperfeiçoamento dos órgãos e dos mais complexos instintos, não por meios superiores, posto que análogos à razão humana, mas por acumulação de inúmeras e ligeiras variações, todas vantajosas ao seu possuidor individual”.<sup>35</sup> Para além da polémica religiosa darwinismo versus criacionismo que, em alguns lugares, se mantém viva até hoje, a teoria de Darwin foi também mobilizada politicamente, tanto para fornecer interpretações funcionais do liberalismo (por exemplo, darwinismo social de Spencer) como para justificar opções nacionalistas de confrontação entre etnias ou “raças” humanas (por exemplo, teorias eugénicas, como a da primazia ariana). No terreno das observações biológicas

---

<sup>33</sup> Ver Bobbio (1993), capítulo 5

<sup>34</sup> Com base em Darwin (2009), Levin (2010)

<sup>35</sup> Darwin (2009), p. 473

sem mobilização política, a teoria foi desenvolvida utilizando informação sobre domesticação e reprodução seletiva de plantas e animais desde a revolução do Neolítico, implicando também uma filosofia da história que extravasa o período normalmente abrangido pela filosofia e retira a propagação da vida do determinismo da ação planejada da razão: “o homem não tem influência alguma imediata sobre a produção de variedade; expõe somente, sem desígnio, os seres melhor organizados a novas condições de existência; a natureza actua, pois, sobre a organização e fá-la variar”.

A teoria da evolução através da seleção natural é um poderoso instrumento para explicar a diversidade biológica e a modificação contínua dos organismos em ambientes que se alteram. A seleção natural opera nas diferenças entre indivíduos, premiando com sobrevivência e propagação dos respetivos genes aqueles que melhor adaptados estão aos desafios que as condições do momento impõem. Estas pequenas diferenças surgem pelo acaso, persistem nas margens silenciosamente pela hereditariedade, quando não são prejudiciais para o portador, e ocasionalmente tornam-se centrais e dominantes, quando as condições lhes conferem vantagem competitiva. A capacidade explanatória desta teoria reside na sua simplicidade: a seleção natural é pouco mais do que um filtro a operar sobre a variabilidade que surge de eventos do acaso e da contingência das mudanças físicas, químicas e biológicas que ocorrem ao longo do tempo - uma ação incessante, a consequência inescapável de uma regra simples. Todavia, em comunidades ecológicas complexas, ela opera simultaneamente a vários níveis e as suas consequências são impossíveis de prever (“a natureza é pródiga em variedades, sendo muito avara em inovações”). Em suma, o efeito nivelador da seleção estabilizadora é contrabalançado por processos que criam variabilidade, mantendo a capacidade adaptativa das populações. Até no seu ritmo mais lento, a seleção natural é um mecanismo que, dado tempo suficiente, pode produzir uma diversidade fabulosa e uma complexidade mistificadora.

Na relação competição versus cooperação o Darwin dá claramente mais importância à componente competitiva, apesar de reconhecer que a cooperação pode surgir quando resulta em benefícios mútuos (mas excluindo a hipótese do altruísmo). Após discutir o exemplo dos pulgões que cedem voluntariamente às formigas o líquido açucarado que segregam e reconhecer que este ato é voluntário, Darwin conclui: “Posto que não tenhamos prova alguma que indique que o animal executa qualquer acto para o bem particular de um outro animal, cada um, contudo, esforça-se por aproveitar os instintos de outrem do mesmo modo que cada um tenta aproveitar-se da mais fraca conformação física de outras espécies”.<sup>36</sup> Pelo contrário, a competição surge como força motriz da sua teoria, baseada em observações biológicas sobre o potencial reprodutor dos indivíduos de todas as espécies: “A persistência das raças e dos indivíduos favorecidos durante a luta incessante pela existência constitui uma forma poderosa e perpétua de seleção. A luta pela existência é uma consequência inevitável da multiplicação em razão geométrica de todos os seres organizados...Nascem mais indivíduos do que os que podem sobreviver. Um átomo numa balança pode decidir dos indivíduos que devem viver e dos que devem morrer, ou determinar que espécies e que variedades aumentam ou diminuem em número ou se extinguem totalmente”.<sup>37</sup>

A complexidade surge através da mutação e da recombinação (mecanismos que foram descritos décadas depois, mas cuja operação era exigida pela teoria de Darwin) mas estes processos, sozinhos, são incapazes de explicar o grau de complexidade hoje observada no planeta. Situações de complexificação na história da vida no planeta, como a criação da célula

---

<sup>36</sup> Darwin (2009), p.256

<sup>37</sup> Darwin (2009), p. 481

eucariota ou o desenvolvimento de organismos multicelulares, parecem resultar de relações mutualistas entre organismos mais simples que progressivamente transitaram de comportamentos de cooperação para conjuntos integrados ao longo do tempo evolutivo. Isto indica que a sobrevivência de organismos multicelulares reside no sucesso evolutivo de componentes altruístas que contribuíram para a sua formação. No caso das sociedades humanas, a cooperação é bem estabelecida, mas pequena em escala e limitada nos seus propósitos (principalmente para competir e combater com outros grupos). Se e até aprendermos a irmos para além disto e a obtermos um nível de cognição multicelular que abranja toda a humanidade, as nossas probabilidades de sobrevivência no planeta são limitadas<sup>38</sup>.

## I.2 Eussocialidade, seleção multinível e natureza humana <sup>39</sup>

“The other-condemning emotions – contempt, anger, and disgust – prompt one to punish cheaters. The other-praising emotions – gratitude, and the emotion that may be called elevation, moral awe, or being moved – prompt one to reward altruists. The other-suffering emotions – sympathy, compassion, and empathy - prompt one to help a needy beneficiary. And the self-conscious emotions – guilt, shame, and embarrassment-prompt one to avoid cheating or to repair its effects”<sup>40</sup>

Sem contrariar as bases teóricas do mestre sobre o modo de funcionamento da evolução darwiniana, o biólogo evolutivo Edward Wilson (EW, 1929 - ) desenvolveu uma teoria sobre o aparecimento, o sucesso e a raridade da vida social avançada em animais, a qual coloca a relação competição versus colaboração num outro patamar. No estudo do comportamento animal, os comportamentos sociais podem ser classificados em função dos benefícios (ou prejuízos) evolutivos para o ator e o recetor, mas EW considera que isto acontece em dois níveis (seleção multinível): ao nível do indivíduo, como longevidade e fertilidade diferenciada entre indivíduos (formando instintos fundamentalmente egoístas), mas também ao nível do grupo, como longevidade e fertilidade diferenciada dos genes que prescrevem formas de interação entre membros dos grupos (formando instintos altruístas para membros do mesmo grupo)<sup>41</sup>. EW passou grande parte da sua carreira científica a estudar insetos sociais e a procurar compreender as forças que levaram ao seu aparecimento há 200 milhões de anos e à sua diversificação e expansão planetária nos últimos 70-80 milhões de ano, em paralelo com a expansão das plantas vasculares terrestres, e, também, as razões para se terem tornado o mais bem-sucedido grupo de animais invertebrados terrestres dos últimos 50 milhões de anos no planeta. Atualmente, existem cerca de vinte mil espécies de insetos sociais que, apesar de só constituírem uma pequena fração das espécies de insetos, são

---

<sup>38</sup> Levin (2010)

<sup>39</sup> Com base em Wilson (2012) e Ehrlich and Levin (2005)

<sup>40</sup> Wilson (2012), p. 248 - citando Steven Pinker do seu livro *The Blank Slate* (2002)

<sup>41</sup> Esta distinção de níveis não é absoluta, como demonstra por exemplo o nepotismo; mas há uma regra de ouro na evolução social genética: indivíduos egoístas batem indivíduos altruístas, mas grupos de altruístas batem grupos de individualistas – Wilson (2012), p. 242-243

dominantes em termos de números, biomassa e impacto ambiental em relação a todos os outros insetos, de forma equivalente ao domínio dos humanos na biosfera<sup>42</sup>.

Para isto, EW define o conceito da eussocialidade, a verdadeira condição social, como a capacidade de alguns animais viverem em grupos constituídos de várias gerações e nos quais é possível surgirem atos altruísticos como parte da repartição do trabalho entre os membros. Por exemplo, numa colónia de formigas, algumas têm funções que reduzem a sua duração de vida ou o número de descendentes ou ambos e este sacrifício permite a outros membros da colónia viverem mais e, proporcionalmente, produzirem mais descendentes. Este sacrifício em sociedades avançadas de insetos vai muito para além das relações parentais e estende-se para relações colaterais, como entre irmãos, primos ou graus de parentesco mais afastados ou até para com indivíduos geneticamente dissociados. A eussocialidade, numa colónia, fornece fortes vantagens contra indivíduos solitários que competem pelo mesmo nicho ambiental, uma vez que permite a alguns membros ocuparem-se com a procura de alimentos e outros com a proteção da colónia (especialização). A procura simultânea por vários membros e a comunicação permitem pesquisas mais rápidas e eficazes, enquanto que o agrupamento dos membros aumenta a capacidade de defesa da colónia. Em alguns casos, há a construção de cidades complexas e práticas agrícolas que envolvem a cooperação de milhões de indivíduos.

O avanço dos insetos eussociais ocorreu lentamente ao longo do tempo evolutivo, com pequenas inovações no comportamento e na fisiologia a permitir-lhes, progressivamente, explorarem novos nichos, aumentarem a sua população e melhorarem o controlo sobre o seu ambiente. Numa primeira fase, as térmitas desenvolveram a capacidade de aproveitar resíduos da expansão terrestre das plantas vasculares (madeira e outras partes da vegetação) através da simbiose com protozoários e bactérias intestinais que degradam a lignina. Numa segunda fase, surgiram espécies de formigas especializadas na predação de térmitas, mas, principalmente, coevoluíram com a expansão das plantas com flor, que passaram a dominar nos ambientes terrestres. A presença do endosperma favoreceu a dispersão a longa escala e a sobrevivência em períodos desfavoráveis; as cores e odores das flores permitiram a evolução de animais especializados no transporte do pólen, facilitando a fertilização. Este caminho evolutivo só foi seguido por cerca de vinte linhagens de animais, maioritariamente insetos terrestres<sup>43</sup>. A condição comum entre todas estas espécies eussociais parece ser a existência de uma base territorial fixa e defensável, na qual duas, ou mais, gerações podem coexistir e repartir trabalho, por vezes em detrimento dos interesses competitivos do indivíduo dentro do grupo.

A eussocialidade humana obedece à definição aplicável aos outros táxones animais, mas envolve também grandes diferenças, a mais importante das quais é a capacidade de todos os membros adultos das sociedades humanas se poderem reproduzirem, associada à competição que daí resulta. Outra diferença é que os grupos humanos são formados por alianças muito flexíveis, não só entre membros da mesma família, mas também entre famílias, sexos, classes e tribos que formam redes de interações. A ligação entre eles é baseada na cooperação entre indivíduos ou grupos que se conhecem pessoalmente e que são capazes de repartir propriedade e estatuto numa base pessoal. Esta necessidade de avaliação detalhada dos membros das alianças significou que os antecessores pré-humanos teriam de atingir a eussocialidade numa forma radicalmente diferente dos insetos sociais. Isto envolveu um jogo entre a seleção baseada no sucesso relativo dos indivíduos dentro dos grupos e a seleção

---

<sup>42</sup> Por exemplo, num estudo na floresta amazónica, a biomassa de formigas foi estimada a ser quatro vezes superior à de todos os vertebrados juntos

<sup>43</sup> Térmitas, formigas, abelhas e vespas, mas também alguns camarões tropicais e certas toupeiras

baseada no sucesso relativo entre grupos. As estratégias para este jogo formaram uma mistura complicada entre altruísmo, cooperação, domínio, reciprocidade, fuga e decepção. Competição pela sobrevivência e pela reprodução dentro do grupo formaram instintos essencialmente egoístas em relação aos outros membros; pelo contrário, competição entre grupos para melhor aproveitamento, exploração e apropriação do ambiente formaram instintos tendencialmente altruístas entre membros do mesmo grupo (mas não para os membros dos outros grupos).

Isto foi possível através do desenvolvimento de uma maior inteligência, capaz de sentir empatia, medir as emoções, julgar as intenções de amigos e inimigos e planejar uma estratégia pessoal para interações sociais. Esta pressão evolutiva contribuiu para a seleção de um cérebro humano altamente inteligente e intensamente social, capaz de construir, rapidamente, cenários e previsões mentais de relações pessoais, tanto para o curto como para o longo prazo e capaz de comunicá-las seletivamente através da linguagem com sintaxe. Assim surgiu a natureza humana, egoísta num momento, altruísta noutra, com os dois impulsos frequentemente a colidir. Para EW, a natureza humana pode ter uma definição precisa como “as regularidades de desenvolvimento mental da nossa espécie que são hereditárias”<sup>44</sup>. Não são nem os genes que prescrevem as regras nem os universais da cultura humana historicamente observadas, mas são as regras epigenéticas que evoluem através da interação da evolução genética e cultural da espécie. Estas regras são os enviesamentos genéticos da forma como os sentidos humanos percebem o mundo, o código simbólico pelo qual representamos o mundo, as opções que permitimos a nós próprios e as respostas que achamos mais fáceis e mais satisfatórias de produzir. Elas operam num largo espectro de comportamentos e pensamentos – como, por exemplo, obrigarem-nos a avaliar a estética do desenho artístico em função de formas abstratas elementares e do seu grau de complexidade, sentirmos laços afetivos com crianças ou comunicar entre nós através de certas expressões faciais e formas de linguagem corporal. A maioria das regras epigenéticas tem uma origem muito antiga e é partilhada com outros mamíferos, mas existem também regras mais recentes exclusivas da espécie (como os estádios do desenvolvimento linguístico ou a tolerância adulta à lactose) que coevoluem com as mudanças ambientais e a evolução cultural<sup>45</sup>.

### I.3 Escassez, comuns e tragédia<sup>46</sup>

“... Individualism is cherished because it produces freedom, but the gift is conditional: The more the population exceeds the carrying capacity of the environment, the more freedoms must be given up. ...On the global scale, nations are abandoning not only the freedom of the seas, but the freedom of the atmosphere, which acts as a common sink for aerial garbage. Yet to come are many other restrictions as the world's population continues to grow.... To judge from the critical literature, the weightiest mistake in my synthesizing paper was the omission of the modifying

---

<sup>44</sup> Wilson (2012), p. 193

<sup>45</sup> Ver também Ehrlich and Levin (2005) sobre definição e modelo de funcionamento da evolução cultural humana

<sup>46</sup> Com base em Hardin (1968), Hardin (1998), Schrijver (2016) e Pelizzoni (2018)

adjective “unmanaged.” ... With this modification firmly in place, “The Tragedy of the Commons” is well tailored for further interdisciplinary syntheses”<sup>47</sup>

O artigo de Garrett Hardin (GH, 1915-2003) na revista *Science* surgiu num período em que a preocupação com os problemas ecológicos resultantes da industrialização e do aumento exponencial da população humana tinha começado a manifestar-se com regularidade<sup>48</sup>. Em 1972, deu-se a primeira conferência mundial do ambiente<sup>49</sup> que mobilizou cientistas para alertar, pela primeira vez, para os impactos globais da poluição, da produção de resíduos e da destruição das florestas e do mar. Em 1973, a primeira crise mundial do petróleo acentuou a preocupação com os resultados do modelo de desenvolvimento e a necessidade de reconhecer limites aparentemente intransponíveis. Mesmo assim, o grande eco do artigo de GH não se baseou só na sua pertinência e simplicidade, mas também na sua afinidade implícita com o modelo do individualismo proprietário como pedra fundamental do estado liberal moderno.

GH usa a palavra tragédia para salientar a solenidade do implacável avanço das coisas, neste caso, os efeitos nefastos da sobrepopulação humana. O autor começa por citar duas premissas lógicas: que, num mundo finito, a repartição *per capita* de bens diminui com o aumento populacional e que é impossível maximizar simultaneamente um sistema para duas variáveis. Isto leva-o à conclusão de que o objetivo de Bentham em obter “o máximo proveito para o máximo número de pessoas” não pode ser atingido, sendo necessário definir um nível ótimo da população humana. Este objetivo requer, por um lado, uma decisão moral para estabelecer o bem individual mínimo aceitável numa sociedade (em termos de um limite no uso ou dissipação de energia *per capita*) e, por outro lado, um mecanismo robusto para garantir um crescimento populacional nulo após se atingir o número máximo de pessoas que possam ter este bem individual mínimo. No primeiro caso, GH é neutral, reconhecendo a importância da contingência (ética do momento), mas alertando, também, para o papel do critério da sobrevivência na natureza, com a seleção natural a funcionar para “padronizar o que não pode ser padronizado”. No segundo caso, ele é perentório a rejeitar as soluções da social-democracia e a defender a solução de “coerção mútua, mutualmente aprovada pela maioria dos afetados”.

GH reconhece a capacidade da propriedade privada e da herança legal em prevenir a erosão dos bens materiais, mas critica a tendência de assumir que decisões tomadas individualmente possam ser as melhores para a sociedade. Isto porque “cada homem está trancado num sistema que o incentiva a querer crescer o seu rebanho sem limite, num mundo que é limitado. A ruína é o destino para todos, cada um perseguindo o seu melhor interesse numa sociedade que acredita na liberdade dos comuns. A liberdade nos comuns traz a ruína a todos”. Esta afirmação é justificada pela suposição de GH que cada pastor só é motivado por um egoísmo económico racional, em que os benefícios dos “almoços grátis” são individuais enquanto que as perdas são divididas entre todos os operadores dos comuns. Ele argumenta que a validade desta afirmação é evidente em várias situações de sobre-exploração e sobrelotação, como, por exemplo, as visitas descontroladas nos parques naturais, a procura ilimitada dos espaços de estacionamento no centro das cidades ou o uso sem limite de terras

---

<sup>47</sup> Excertos de Hardin (1998)

<sup>48</sup> Por exemplo, *Silent Spring* de Carson em 1962, *The population bomb* de Ehrlich em 1968, continuando nos próximos anos com o projeto do Clube de Roma e o relatório do MIT *The limits to growth* em 1972 ou o *Small is Beautiful* de Schumacher em 1973 – ver Vaz Guedes (ed, 2012)

<sup>49</sup> *UN Stockholm Conference on the Human Environment*

públicas para a pastagem de vacas ou do mar para a extração de peixes. A tragédia dos comuns pode também ser sentida na poluição, no sentido inverso da acumulação de resíduos.

Para sair deste beco, GH considera que, para tomar conta do sistema no cenário de sobrepopulação, há necessidade de modificar o quadro moral das decisões coletivas. Ele considera que as regras estão ainda definidas por “uma ética antiga, pouco adaptada para governar um mundo cada vez mais complexo, populoso e dinâmico”. Em geral, ele é cético na atribuição de poder administrativo ao poder legislativo, delegando os detalhes de implementação na burocracia<sup>50</sup>, mas ele considera que “temos de encontrar maneiras de legitimar a necessária autoridade dos guardiões e a resposta corretiva necessária”. Isto, para ele, significa a necessidade de quebrar o vínculo com o estado-providência, que aceita a reprodução excessiva como meta, tornando, assim, obtuso o mecanismo de retroação negativa que, normalmente, controla o comportamento reprodutor excessivo na natureza, reduzindo a viabilidade dos descendentes. A declaração universal dos direitos humanos das Nações Unidas, na qual a família é vista como a unidade natural e fundamental da sociedade, promove, no direito de procriar, algo que, na opinião de GH, deve ser declinado por um regime coercivo. Ele entende que o controlo dos nascimentos baseado nos apelos à consciência, sem uso de sanções, não é razoável, porque procura “enganar um homem livre nos comuns de agir contra o seu interesse próprio”, conduzindo para “um sistema seletivo que empurra para a eliminação da consciência”.

Apesar de GH ter sido um biólogo e de, no artigo de 1968, ter citado um estudo sobre a regulação natural de populações de aves para contrastar com o crescimento da população humana, ele não estendeu a analogia aos problemas de ecologia evolutiva relacionados com os conflitos entre comportamento individual e coletivo ou para identificar mecanismos que outros organismos utilizam para evitar sobre-exploração de recursos vitais. Por exemplo, o investimento excessivo na competição por luz e água entre plantas pode criar condições subótimas na relação entre crescimento e produtividade de comunidades de plantas, mas, na maioria dos casos, a tragédia regula-se antes da depleção total dos recursos vitais e do colapso do grupo, através de um processo dependente da densidade que reduz só algum componente de aptidão em menores densidades (tragédia componente, em vez de tragédia de colapso). Existem vários mecanismos para prevenir tragédias componentes tornarem-se tragédias de colapso, nomeadamente através do desenvolvimento de mecanismos de cooperação – a emergência repetida da multicelularidade é o mais marcante exemplo de prémio evolutivo da cooperação.

Vários investigadores pós-hardinianos reconheceram o potencial para as tragédias ocorrerem, mas identificaram desvios nos pressupostos básicos do modelo, como o reconhecimento da importância das percepções dos agentes sobre o uso dos recursos<sup>51</sup>. Com base na teoria da escolha racional, “os indivíduos procuram o que valorizam da maneira mais eficaz possível, com a informação que lhes é disponível e dentro do quadro de constrangimentos e oportunidades em vigor”. Os humanos são agentes intencionais, com uma correspondência racional entre percepções, preferências, tomadas de decisão e comportamentos, mas são também detentores de preferências não-económicas. Com base nesta teoria, um número suficiente de utentes precisa de ter suficiente consciência dos custos e benefícios que possam resultar do uso de qualquer recurso para aplicar a teoria de GH. Nos comuns globais, isto requereria, também, equivalente consciência ao nível das organizações

---

<sup>50</sup> *Quis custodiet ipsos custodes?*

<sup>51</sup> Burke (2001)

(por exemplo, estados a negociar sobre comuns atmosféricos ou o fundo do mar), apesar de ser mais problemático utilizar conceitos de racionalidade com organizações.

A insuficiente percepção do risco de sobre-exploração do recurso pode também surgir da falta de consciência das causas e probabilidade do esgotamento em si (por exemplo, crenças fatalistas em comunidades aborígenes) ou por crescente opacidade devido à complexidade do problema. Esta opacidade proveniente da complexidade é particularmente relevante para comuns globais ambientais, para os quais as disrupções ecológicas se tornam, progressivamente, mais complexas, com causas e efeitos espacial, temporal e socialmente afastados ou dissociados, através de circuitos intermédios que não são diretamente observáveis. Estas mudanças nos comuns são tanto biofísicas como sociais e surgem através de, e são causadas por, tecnologia moderna, industrialização e urbanização (por exemplo, chuva ácida, poluição radioativa, depleção do ozono, etc.). Ao contrário dos comuns clássicos, que são locais, visíveis e relacionados com pequenos números de indivíduos (que são, simultaneamente, produtores e consumidores e cujo comportamento reflexivo pode corrigir o problema em situações de baixo valor do conflito e uso de sistemas de conhecimento comum), os problemas ambientais atuais são consideravelmente mais difíceis de compreender e ainda mais difíceis de resolver (*“wicked problems”*<sup>52</sup>).

---

<sup>52</sup> Rittel and Webber (1973)

## CAPITULO II: COSMOPOLIS E TRADIÇÕES DE INTERNACIONALISMO

*“At the beginning of 1960s the richest 20% of the world population had a disposable income thirty times greater than the poorest 20%. Today, after some three decades, the richest 20% enjoys an income sixty times greater than the poorest section. This proportion however is calculated on the basis of a comparison between states. If distributive inequalities within each country are also taken into account ...then the global disparity increases further: the richest 20% of the total world population receives a share of wealth 150 times that of the poorest 20%. ...Moreover, it is predicted, if present rates of global development and present distributive relations do not drastically change, by the year 2020 the gap between the richest quarter of the world population and the poorest quarter will be 300% higher than at present.”*<sup>53</sup>

Visto pelo lado da teoria dos comuns, a paz mundial é o mais amplo e mais frágil (ou elusivo) dos comuns globais, uma vez que é altamente subtraível (o abuso por um estado condiciona fortemente o uso pelos outros) e dificilmente defensável (o custo da sua manutenção é muito elevado). Visto pelo lado da prática das relações internacionais, a procura de paz e da estabilidade mundial através da Cosmopolis moderna passou a ser uma aspiração repetidamente ensaiada, principalmente pelos vencedores de guerras de larga escala. O termo Cosmopolis tem, aparentemente, origem na filosofia estoica e veicula a ideia de uma relação estreita entre a harmonia do universo e a ordem política de uma comunidade humana. A construção de uma nova Cosmopolis tornou-se uma expressão comum da aspiração da modernidade e do Iluminismo, estendendo progressivamente a sua abrangência geográfica até à dimensão planetária hoje observada. Este conceito implica uma hierarquia de poder internacional, formalmente estabelecida e legitimada, segundo a qual não só as relações entre estados mas também as entre estado e cidadãos estão sob o controlo e a possibilidade de intervenção de um governo mundial. Nos últimos dois séculos, houve três tentativas nesta direção, ligadas, respetivamente, com o fim das guerras napoleónicas (Santa Aliança de 1815), o fim da Iª Guerra Mundial (Liga das Nações, 1920) e o fim da IIª Guerra Mundial (Nações Unidas, 1945).

Danilo Zolo (DZ), no seu homónimo livro, analisa estas três tentativas em contraponto com o esquema que as antecedeu desde 1648, com a Paz de Vestfália<sup>54</sup>. DZ considera que os três esquemas partilharam várias características comuns, nomeadamente a existência de uma estrutura cosmopolita simples para o estabelecimento e manutenção da paz: no topo existe um pequeno grupo de grandes potências que assumem o controlo coercivo das disputas internacionais, perante as quais os restantes estados periféricos se subordinam. O elemento federativo deste esquema cosmopolita reduz-se, na prática, à possibilidade de existência de ocasiões onde o uso coletivo de força militar é recomendado ou exercido, em que outras formas de coesão ou cooperação são ignoradas e em que as intervenções na vida interna dos estados não são consideradas. Estes laços federativos fracos criam, todavia, um monopólio no uso de força internacional que fica, assim, atribuído às superpotências, distanciando-se do princípio da igualdade soberana entre estados que prevalecia no sistema de Vestfália. Finalmente, a aspiração a uma paz universal e duradora é correlacionada com um

---

<sup>53</sup> Zolo (1997), p. 139-140

<sup>54</sup> A primeira relação entre estados com características “modernas”, segundo a qual vários estados-nação separadamente soberanos não reconheceram uma autoridade superior na Igreja ou no Império – ver sistema de estados moderno na análise de Martin Wight apresentada em capítulo anterior

congelamento do mapa mundial político, económico e militar no momento da constituição da organização, que é coincidente com um momento de clara separação entre vencedores e vencidos.

Através desta análise comparativa, DZ chega à conclusão de que, nos últimos dois séculos, não houve nenhum aumento significativo da autoridade das instituições internacionais. DZ considera que, pelo contrário, depois da Guerra do Golfo (1991), houve um retrocesso prático para uma versão moderna de *justum bellum*, a doutrina cristã medieval que procurava restringir a guerra e a sua agressividade obrigando os príncipes a justificarem o seu envolvimento no terreno ético e de se comprometerem com o uso de meios legítimos. Com o reviver do moralismo teológico que é subjacente à doutrina da guerra justa (na sua forma atual de intervenção humanitária), DZ acredita que se desperdiçou a possibilidade de construção legal do *jus in bello* que tinha sido laboriosamente criado pelos teóricos do direito internacional moderno e que permitiria atenuar a expressão mais destrutiva da agressividade humana. Na opinião de DZ, os projetos cosmopolitas não podem surgir sem empreendimentos inerentemente hegemónicos e violentos e, por isso, prefere admitir que a diversidade, a mudança e a diferenciação são a regra e não a exceção da conduta das relações internacionais. Assim sendo, em vez de se procurar eliminar o conflito através do uso de força militar superior e centralizada, DZ prefere apostar na capacidade de reduzir o medo (pacifismo “fraco”).

Este capítulo procura sintetizar os argumentos de DZ sobre as deficiências do cosmopolitanismo legal e a ética pacifista na procura de paz universal, resumizando, igualmente, a sua teoria do pacifismo “fraco”, que se assemelha ao sistema vestfaliano. Uma vez que a análise de DZ se baseia extensivamente na consideração das três tradições de internacionalismo de Martin Wight (MW), de que se faz explícita e repetida referência, na primeira parte do capítulo apresentam-se abreviadamente estas três tradições e os seus principais expoentes.

## II.1 Tradições de internacionalismo<sup>55</sup>

*International anarchy* (the multiplicity of sovereign states acknowledging no political superior); *Habitual intercourse* (expressed in the institutions of diplomacy, international legal rules, commerce, etc.); *Moral solidarity* (the communion deeper than politics and economics, it is psychological and cultural, expressed in such phrases as the ‘society of states’, the ‘family of nations’, ‘world public opinion’, and ‘mankind’). To each of these elements there corresponds a way of looking at international relations. It may be by temperament and bias, it may be by intellectual conviction. Everybody is inclined to give greater importance and value to one or another of these three elements and in consequence one can trace three—at least three—coherent patterns of thought about international relations, two of which are indeed self-conscious intellectual traditions.<sup>56</sup>

Martin Wight (MW) considerava a teoria internacional como a filosofia política das relações internacionais, assumindo que é possível classificar as tipologias do pensamento político e de analisar a sua continuidade ou ressurgimento ao longo dos tempos, uma vez que as ideias políticas não mudam muito e o seu espectro é limitado (“todos os grandes

---

<sup>55</sup> Wight (2005)

<sup>56</sup> Wight (2005), p. 143-144

pensadores, apesar de historicamente condicionados, são filosoficamente contemporâneos<sup>57</sup>). Para interpretar a sua teoria dos sistemas de estados, e como enquadramento organizativo, MW considerou as seguintes três grandes tradições<sup>58</sup>. A primeira é a missionária e messiânica, que enfatiza a unidade ideal da sociedade internacional, condenando as divisões empíricas e considerando as transitórias. Esta é baseada em Kant (que considera que pelo respeito do direito público estadual e das gentes é possível atingir um patamar superior de um direito cosmopolita) e repudia a validade dos sistemas de estados através de uma forma mais militante e de cruzada (Hegel) ou, menos frequente, de uma forma de idealismo liberal e pacifista (Mazzini). A segunda tradição é baseada em Maquiavel e Hobbes e reconhece o sistema de estados apenas como uma expressão do estado da natureza, onde toda a ação política surge em termos de *raison d'état* e de sobrevivência numa situação internacional essencialmente anárquica. Entre estas duas tradições surge a que considera o sistema de estados como uma sociedade válida de direitos e obrigações mútuas e que tem Grotius como expoente principal.

Apesar de não terem sido organizadas desta forma pelo seu proponente, as três tradições podem também ser vistas como formas distintas de relacionar a lei com a necessidade ou, por outras palavras, o potencial de violência resultante da tentativa de autoconservação<sup>59</sup>. O realismo assume que a necessidade é lei; logo, o espaço das relações entre estados é o espaço da anarquia do estado natural. O revolucionismo assume que a necessidade faz a lei; pelo que o espaço internacional é um Leviatã em potência (por conquista ou pacto). Finalmente, o racionalismo assume que a necessidade não tem lei; daí, que o espaço internacional seja um espaço geralmente regrado por múltiplas relações contratuais, mas com exceções durante as quais a ameaça da segurança de algum estado impõe o retorno momentâneo à lei natural internacional. Todavia, estas categorizações eram instrumentos para apoiar a compreensão e o próprio MW nunca identificou a sua posição, havendo sinais do abandono progressivo desta heurística com o avanço do seu pensamento<sup>60</sup>.

A teoria das três tradições de MW tem sido amplamente criticada sob vários ângulos, particularmente na forma da personalização com os seus supostos representantes. Basta ver que a simples conjugação da teoria com a relação entre lei e necessidade é suficiente para dissociar dois representantes das respetivas tradições: o Hobbes passa de discípulo fundador do realismo ao teórico da solução legitimadora do revolucionismo. O realismo de Hobbes cria lei através da necessidade de resolver o problema da guerra civil (soberania interna na definição de MW), reconhecendo que as relações entre estados ficam permanentemente no estado de natureza. Apesar da aplicabilidade do modelo hobbesiano para a situação internacional, ele nunca assumiu o desafio de transferir o convénio da união do campo nacional para o internacional. Bobbio<sup>61</sup> argumenta que isto não aconteceu por três razões: porque o que o preocupou ao longo da vida e que marcou o seu pensamento foi o problema da guerra civil; porque o balanço de poder pode oferecer uma alternativa mais parcimoniosa ao convénio, quando os atores são poucos; e, finalmente, porque no sistema internacional os estados têm melhor hipótese de se defenderem e sobreviverem do que os indivíduos no

---

<sup>57</sup> Wight (2005), frontispício

<sup>58</sup> Wight (1977), p. 38-39

<sup>59</sup> Pires Aurélio (2012)

<sup>60</sup> Hall (2014)

<sup>61</sup> Bobbio (1993), p. 199-200

estado da natureza. Todavia, Bobbio também considera que, com o aumento do poder destrutivo das armas e do número dos países existentes, atualmente enfrentamos no contexto da paz internacional o mesmo problema que Hobbes enfrentou há três séculos em relação à paz interna.

Kant passa de representante do revolucionismo para discípulo do racionalismo, se olharmos para a sua interpretação da relação da necessidade (coerção sem lei) com a doutrina do Direito: ele vê o ato da necessidade em desconformidade com o Direito e, por isso, não punível, mas não inocente (é, também, interessante observar que o outro caso de desconformidade com o Direito identificado por Kant é a equidade - lei sem coerção - não na forma pretendida pela moral anarquista como dever ético, mas na forma de que, para se aplicar como direito, requer dados empíricos).<sup>62</sup> O próprio MW levanta questões adicionais sobre a personalização nas três tradições, dando também uma perspectiva interessante da utilidade da sua teoria: “Interesting academic questions arise, such as whether Rousseau's international theory is contradictory to his political theory; how Kant, starting from acceptance of the Hobbesian doctrine of the state of nature, reached totally opposite conclusions; why it is that you so often find the jump from a shrewd realistic appraisal of international politics to a sentimental idealism, even pacifism, in Tolstoy, Kennan, or Butterfield. It is tempting to develop a psychological typology supposing that each pattern of thought corresponds to a temperament. Coleridge has a tripartite distinction between the politics of sensation (Hobbes), of reason (Rousseau), and of understanding (S. T. Coleridge and Woodrow Wilson). Max Weber analyses three qualities in a politician: a passionate devotion to a cause, a feeling of responsibility, and a sense of proportion. If we brought all this in we might speedily have a comprehensive psychological theory on which to base the understanding of international relations. But I speak of this as a temptation. I only feel capable of analysing political ideas—not psychologies—and when I scrutinize my own psyche I seem to find all these three ways of thought within me. All I am saying is that I find these traditions of thought in international history dynamically interweaving, but always distinct, and I think they can be seen in mutual tension and conflict underneath the formalized ideological postures of our present discontents.”<sup>63</sup>

Finalmente, para além das três tradições introduzidas por MW, o excerto acima citado fala em, pelo menos, três tradições. A primeira indicação de que MW poderia estar a pensar em mais, surge devido à inclusão de quatro, em vez de três, pensadores influentes para a teoria internacional<sup>64</sup>. Nestas lições apresentou, para além dos três representantes conhecidos das três tendências, o democrata revolucionário do século XIX Giuseppe Mazzini. Nos seus apontamentos, fica claro que Mazzini representa uma linha evolucionista, separada da linha revolucionária representada por Hegel e Marx, dentro da tradição kantiana. Neste livro, surpreende o seu curto apêndice intitulado “genealogia filosófica”, que se resume a uma resenha com alguns elementos adicionais para as três tradições: a tradição realista assume-se desde Agostinho, inclui Lutero, e envolve Hitler e Bismark; a tradição racionalista assume-se desde Aristóteles, inclui Aquino, e envolve Lincoln e Churchill; a tradição revolucionista assume-se desde Platão, inclui Dante e Calvino, antes da bifurcação entre Hegel e Mazzini, e envolve, por um lado, Marx e Lenin e, por outro, Wilson e Nehru. Mas o mais surpreendente nesta genealogia é o aparecimento de uma quarta tradição, chamada revolucionismo

---

<sup>62</sup> Kant (1797), p. 47-52

<sup>63</sup> Wight (2005)

<sup>64</sup> Idem - O livro resulta das pouco conhecidas notas para o último ano de aulas de MW na London School of Economics em 1959-60

invertido, a qual surge autonomamente do lado do hinduísmo e das comunidades de proto-cristãos, com esta última a desenvolver-se através das heresias medievais e dos Quakers e envolvendo, também, Tolstoy, antes de convergir com o hinduísmo, para Gandhi.

## II.2 Pacifismo institucional - *Civitas maxima* e direito cosmopolita<sup>65</sup>

O cosmopolitanismo institucional pode ser visto como uma evolução do modelo da Organização das Nações Unidas (ONU). Para esta evolução, são necessárias reformas em dois caminhos distintos e eventualmente antagônicos: por um lado, é necessário um reforço da autoridade e força coerciva da ONU (o que DZ chama “cosmopolitanismo autocrático”) e, por outro, é necessária a democratização da própria instituição (“cosmopolitanismo democrático”), o que determina um afastamento das opções fortemente hierarquizadas de Dumbarton Oaks e Yalta. O primeiro caminho implica um aumento do número dos membros permanentes do Conselho de Segurança, a organização de uma força militar permanente, a atribuição de maior autonomia e força ao Conselho de Segurança e a reorganização do financiamento e administração da ONU. O segundo determina a abolição do direito de veto, a criação de uma nova assembleia por voto universal, o fortalecimento da administração da justiça internacional, a reforma das organizações financeiras e tarifárias e, finalmente, o controlo generalizado da produção, comércio e uso de armas.

O modelo institucional é baseado em quatro teses normativas: i) a primazia do direito internacional e a progressiva redução da soberania dos estados; ii) o centralismo jurídico, através do desenvolvimento de normas e instituições centralizadas para a verificação e aplicação coerciva da lei internacional; iii) o pacifismo legal, através do desenvolvimento e aplicação efetiva de *jus contra bellum* como uma proibição legal da guerra; e iv) o constitucionalismo global ligado aos direitos humanos, que enfatiza a capacidade de instituições supranacionais em garantir as liberdades básicas dos indivíduos. DZ questiona a plausibilidade de cada uma destas teses, nomeadamente: i) a viabilidade de uma ordem internacional de direito não hierárquica, dada a existência de poucos estados poderosos e ricos e de muitos estados pobres e fracos; ii) a capacidade de atribuir um mandato a uma jurisdição responsável para interpretar e aplicar o direito internacional, sem se basear na força coerciva das grandes potências; iii) a possibilidade de rejeitar a guerra como um crime internacional no contexto do centralismo global; e iv) a razoabilidade da expectativa de um sistema internacional em fornecer garantias jurídicas de proteção eficaz e imparcial dos direitos individuais, na ausência de estruturas de poder liberais.

O pacifismo institucional é baseado, principalmente, na teoria kelseniana da primazia do direito internacional, que nele reconhece a unificação hierárquica de todos os sistemas de direito, incluindo o direito dos estados. Esta teoria não admite a soberania dos estados e recusa o contratualismo como fonte do direito internacional - tornando, assim, a orgânica do direito um *a priori* para a aceitação do cosmopolitanismo legal. Este é um desenvolvimento formalista da doutrina de direito do Iluminismo e da concepção cosmopolita que se originou com Vitoria, Gentili e Grotius, mas que através do positivismo legal de Kelsen chegou a romper com esta tradição voltando à ideia teológica da unidade da humanidade como *civitas maxima*. Esta concepção do direito internacional está relacionada com o Kelsen e com uma ideologia pacifista e anti-imperialista que culmina na ideia de um estado global ou universal: “only temporarily and not for ever is mankind today divided into States, which have taken shape more or less arbitrarily. The legal unity of mankind, the *civitas maxima* as the form of

---

<sup>65</sup> Com base em Zolo (1997), capítulo 4

organization of the world: such is the political core of the primacy of international law, which is however at the same time the fundamental idea of that brand of pacifism which in the sphere of international politics constitutes the reverse image of imperialism”<sup>66</sup>.

Na ótica de Kelsen, a primazia do direito internacional e a progressiva exclusão das prerrogativas soberanas dos estados estão fortemente ligadas com a ideia de igualdade dos estados como sujeitos do direito internacional. Segundo DZ, reside aqui uma das maiores incongruências da ONU: simultaneamente, atribui igualdade soberana a todos os estados membros (artigo 2º) e formaliza um critério de desigualdade atribuindo um privilégio<sup>67</sup> na composição e funções do conselho de segurança (artigo 23º), que resulta exclusivamente do resultado militar da segunda guerra mundial. Os amplos poderes executivos formalmente atribuídos ao conselho de segurança nunca foram materializados, estando o exercício da força *de facto* delegado no poder militar dos estados mais poderosos. De forma semelhante, o exercício da justiça internacional está dependente do reconhecimento da sua jurisdição pelos estados, não tendo capacidade autónoma de impor sanções às violações do direito internacional. DZ critica este pacifismo legal e o seu pressuposto racionalista que considera permitir o “desarmar estados” e “abolir a guerra” através de instrumentos normativos que evocam uma força “legal”.

A doutrina dos direitos humanos, defendida pela ONU, produz uma perspectiva de cidadania e um sistema de direito sem fronteiras, que coincide, no seu viés cosmopolita, com as doutrinas kelseniana e kantiana de uma comunidade universal da *civitas maxima*, da qual todos os indivíduos são membros. Nesta comunidade, os direitos fundamentais (civis, políticos, sociais e culturais) de todos os indivíduos, como seres racionais e pessoas, são reconhecidos e protegidos. Esta proteção estabelece, também, o direito e a obrigação da intervenção humanitária e requer um constitucionalismo global baseado num modelo de estado e de direito de matriz ocidental. No entanto, o próprio Kelsen reconheceu que, na doutrina dos direitos humanos formulada pela declaração de 1948, faltam os requisitos de uma disciplina legalmente vinculativa, quer devido à ausência de poderes normativos da assembleia geral que a votou, quer pela falta de normas secundárias que permitam a aplicação desses direitos e a punição da sua violação. Bobbio identificou, igualmente, contradições entre as várias categorias de direitos que fazem parte da lista: direitos aquisitivos estão em conflito com direitos de consumo, direitos civis e direitos de liberdade são largamente incompatíveis com direitos socioeconómicos e existe uma tensão entre direitos individuais e coletivos, incluindo o direito à autodeterminação dos povos. Globalmente, DZ considera que o carácter universal dos direitos humanos é um postulado racionalista sem substanciação teórica e historicamente contestado por culturas diferentes da ocidental.

---

<sup>66</sup> Excerto de obra de Kelsen sobre os problemas da soberania - Zolo (1997), p.100

<sup>67</sup> Direito de veto efetivamente atribuído aos cinco membros permanentes do conselho de segurança da ONU, pelo facto de as decisões do conselho da segurança não requererem unanimidade mas maioria qualificada, a qual precisa de incluir os votos dos membros permanentes. Isto, na prática, exclui qualquer tomada de decisão contra os interesses dos cinco membros permanentes

## II.3 Pacifismo ético - Os “becos” da ética internacional <sup>68</sup>

... somente no quadro de uma associação universal de estados (análoga àquela mediante a qual um povo se torna estado) podem os direitos valer perentoriamente e ser alcançado um verdadeiro estado de paz. Mas como uma tão excessiva extensão de um tal Estado de nações através de vastas regiões haveria...de tornar impossível o seu governo...a paz perpétua é, obviamente uma ideia irrealizável. Mas os princípios políticos que apontam neste sentido...não o são, sendo, ao invés, absolutamente realizáveis...”<sup>69</sup>

Para além do pacifismo institucional baseado em opções de organização política, existe uma tradição que associa a alternativa entre guerra e paz a opções de natureza ética e moral (neste contexto, DZ define ética como as doutrinas de código universalista e deontológico que vinculam a consciência das pessoas e usa o termo moralidade para se referir a qualquer esquema de comportamento pessoal que provém de princípios não competitivos ou aquisitivos). Este pacifismo ético inclui duas formas, com origens e manifestações distintas: o pacifismo absoluto da não-violência, originário de princípios evangélicos ou preceitos ético-religiosos equivalentes da tradição oriental (equivalente à quarta putativa tradição de MW, que se manifesta através de objetores de consciência protestantes, antimilitaristas na linha de Tolstoy e, principalmente, a não-violência ativista de Mahatma Gandhi e Martin Luther King); a ética da guerra (*justum bellum*), originária do catolicismo escolástico e que, através de Gentili, Grotius e Pufendorf, contribuiu para a emergência do direito internacional moderno.

DZ considera que o pacifismo absoluto como resistência ativa é merecedor de respeito e atenção porque se inspirou nas tentativas mais marcantes de tornar uma virtude moral – a suavidade – num instrumento de revolução sociopolítica, definindo modos de agressão humana que são deliberadamente conflituosos mas não destrutivos. A guerra é vista como a expressão cumulativa da violência presente na sociedade: violência leva a mais violência e guerra a mais guerra. A ação revolucionária não-violenta não procura aniquilar o seu oponente, num jogo cuja soma é zero, nem de humilhar moralmente o adversário. Procura, pelo contrário, ganhar vantagem após um jogo de várias etapas, de forma claramente antagónica mas tenazmente cooperativa, oferecendo, por isso, uma alternativa teórica à lógica da diplomacia coerciva que nunca exclui o uso de força do leque de opções durante uma negociação. Esta construção de paz requer a possibilidade de contar com a natureza moral das pessoas, incluindo reserva perante o ímpeto de aquisição, empatia, humildade, lealdade e sinceridade, tornando-se assim num desafio de comprometimento pessoal: agir pacificamente perante todo o espectro de relações sociais.

O ponto central da opção não violenta é a recusa em responder à violência recorrendo a violência: uma pessoa não-violenta aguentará a violência contando com o efeito de conversão que a dor, sofrida com dignidade, recairá sobre quem injustamente a perpetrar. Esta formulação tem uma atração moral profunda e, simultaneamente, atinge uma plausibilidade prática considerável. Do lado filosófico, ao contrário do pacifismo institucional de raiz hobbesiana, este posiciona a violência na potencialidade agressiva latente dos indivíduos e procura controlar conscientemente a agressão através de uma forma de ascetismo coletivo, em vez de uma mera técnica para ultrapassar o uso de força. Do lado

---

<sup>68</sup> Com base em Zolo (1997), capítulo 3

<sup>69</sup> Kant (1797), p. 238

prático, em determinadas condições tem-se provado ser uma resposta eficaz e racional, como pôde ser observado na África do Sul e na Índia. Nestes países, estratégias de não-violência associadas a técnicas de desobediência civil, revolta fiscal e jejum foram capazes de mobilizar grandes ofensivas contra o poder racista e colonial, respetivamente. Estes casos permitem avaliar a superioridade de eficácia do pacifismo absoluto relativamente, por exemplo, aquela que seria de esperar de uma insurreição armada ou do recurso ao terrorismo, quer em termos de resultado final, quer na perda de vidas durante o conflito.

As limitações do pacifismo absoluto surgem tanto do ponto teórico como prático. No plano histórico, o gandhismo falhou, não porque foi esmagado pela violência do opressor, mas pela violência que posteriormente eclodiu entre hindus e muçulmanos oprimidos. As ideias de Gandhi não tiveram nenhuma influência na constituição política da nova nação e foram muito rapidamente esquecidas (ao ponto de, hoje, a Índia pertencer ao clube de países com arsenal nuclear). No plano teórico, o gandhismo falhou, tanto na estratégia para lidar individualmente com a agressividade humana, como na concessão do princípio da organização política. No plano individual, procurou conter a violência humana através da demonstração de heroísmo moral baseado numa conceção da providencial história, na qual a agressividade é vista como uma limitação moral, um pecado (parecido, no seu absolutismo, com a ética kantiana do imperativo categórico). No plano coletivo, a teoria de Gandhi sobre o estado ignorou que o sistema político é uma estrutura social onde, desde os primórdios da história humana, agressão e violência se entrelaçam com segurança, proteção e cooperação (crítica que também pode ser dirigida à conceção política da moral anarquista de Kropotkine, conhecido ter influenciado o pensamento de Gandhi). O carácter universalista e imparcial da ética categórica colide com a natureza específica e parcial dos critérios de exclusão e subordinação hierárquica, em que qualquer ordem política fundamenta a sua função protetora. De um modo geral, DZ considera que, com base na filosofia política realista, o pacifismo absoluto falha tanto pela sua falta de fundamentação normativa como pela sua irrelevância como experiência sensível fora do subsistema de experiência ético-religiosa e de interações pessoais.

No caso do cosmopolitanismo ético, inspirado na deontologia kantiana, nas formas de federalismo kantiano, ecumenismo religioso ou antropocentrismo ecológico, que não exclui a guerra como instrumento de resolução de conflitos, DZ aponta três desafios ligados com a complexidade social, com a identificação dos sujeitos morais internacionais e com o ecletismo ético da argumentação casuística. Semelhantemente à crítica do pacifismo absoluto, DZ considera que as teorias éticas universais, especialmente as ligadas a tradição judaico-cristã, perdem a sua autoridade normativa quando consideradas fora do respetivo contexto doutrinal. Todavia, ao afirmar esta falta de fundamento num conceito de justiça *sub specie eternitatis*, não equivale a negar a importância antropológica do comprometimento moral ou a subestimar a função política de uma herança comum de expectativas, demandas e indignação moral. A complexificação das sociedades e a diferenciação funcional resultante levam a uma fragmentação dos códigos éticos tradicionais que impede a sua interpretação universal, mantendo, assim, uma função normativa em contextos sociais muito específicos ou nas relações interpessoais (politeísmo moral). A inconclusividade normativa da ausência de rigor deontológico dá, por sua vez, azo a uma argumentação casuística baseada na reconstituição seletiva de circunstâncias factuais, na previsão de consequências futuras ou no cálculo de riscos (todas influenciadas pelas decisões metodológicas e pelos pressupostos valorativos).

Uma outra dificuldade para o internacionalismo ético é a identificação dos sujeitos de uma ordem moral internacional. Ao admitir a opção estatista (que só vê os estados como detentores de direitos morais), os estados tornam-se agentes morais que representam os indivíduos na arena internacional, com os direitos “naturais” da vida e liberdade a serem

observados e defendidos pelos estados, juntamente com os seus direitos de integridade territorial e independência política. Pelo contrário, a opção cosmopolita atribui a agência moral exclusivamente a indivíduos, reconhecendo, assim, uma unidade e universalidade de ética que ultrapassa as particularidades territoriais e políticas dos estados. Existe, ainda, uma terceira variante que atribui agência moral à humanidade como um todo, na qual tanto os estados como os indivíduos têm de se abster de comportamentos que coloquem em perigo a sobrevivência da espécie humana. A opção cosmopolita flutua entre um individualismo moral radical ligado ao Iluminismo e ao jusnaturalismo, até um globalismo ético com traços místico-religiosos e evolucionistas. Entre eles surge a dificuldade de atribuir qualidades morais aos estados (e à sua definição territorial, ao seu regime, governo, etc.) porque, assim, configurações políticas simples requerem uma valoração ética ou até um absolutismo normativo sem fundamentação. Deste modo, ignora-se que o estado moderno, o qual detém o monopólio legítimo do uso de violência para garantir ordem interna e proteção externa, não pode agir imparcialmente em linha com uma ética universal kantiana ou rawlsiana, uma vez que o constrangimento da necessidade funcional de garantir a proteção dos seus membros, e só deles, é simultaneamente o pressuposto da sua existência e legitimação.

#### II.4 Pacifismo “fraco” – Um realismo temperado <sup>70</sup>

O realismo clássico que surge com Maquiavel considera a política tomando por paradigma o caso de exceção - recusa o pressuposto medieval de uma regularidade dos acontecimentos e das normas, para ver a história como uma repetição de lances imprevisíveis e decisões justificadas apenas pela necessidade. Governar é lidar com a interminável sucessão de casos de necessidade os quais exigem medidas impossíveis de deduzir de qualquer princípio racional ou de qualquer norma definida, seja ela moral ou política. O maquiavelismo define-se como uma “superfície rasa, sem profundidade moral ou metafísica, subalternizando, por isso, as questões do bom regime e do bom governante, superfície sobre a qual se desenrolam unicamente jogos de poder e se recortam sombras de poderosos, numa representação em que a verdade se enuncia sob a forma de simulação, ou se inibe estrategicamente sob a forma de segredo, e o ser se confunde com o ser percebido”.<sup>71</sup> A antropologia de Maquiavel constata que o desejo humano é sempre maior do que a faculdade de o realizar, levando ao descontentamento com o que possuem e à insatisfação. Daí nasce a mudança de fortuna, pois como os humanos, em parte, desejam ter mais e, em parte, temem perder o que já têm, cai-se em inimizades e na guerra. Assim, a guerra é sempre justa porque é sempre necessária. Política, necessidade e guerra estão pois intrinsecamente associadas no maquiavelismo, de tal maneira que nenhum dos conceitos se pode pensar desligado dos restantes<sup>72</sup>.

A tese defendida por DZ sobre a ordem internacional é fortemente influenciada pelo pensamento da tradição realista representada por Maquiavel, porque acredita que a melhor solução é minimizar as consequências de conflitos inevitáveis, através da procura de um equilíbrio e comunicação entre estados soberanos desiguais. Isto porque existe sempre a tendência dos estados mais fortes em prosseguirem práticas vantajosas para si próprios,

---

<sup>70</sup> Com base em Zolo (1997), capítulo 5 e Barata (2008)

<sup>71</sup> Pires Aurélio (2012), p. 62

<sup>72</sup> Pires Aurélio (2012), p. 168

através de uma política de poder exercida em contradição com os princípios a que supostamente aderem no seu vínculo com organizações internacionais. Para além disto, porque não existe um instrumento de resolução pacífica de conflitos entre os estados mais poderosos e existe uma dificuldade de reconciliar, sem o auto-contraditório uso da força, a manutenção de paz com a defesa de um *status-quo* internacional e a sua respetiva concentração e legitimação institucional do poder (como, por exemplo, se vê pelas atribuições, composição e diferenciação de funções dos 15 membros do conselho de segurança da ONU). Todavia, DZ apresenta a defesa de um realismo temperado, porque ele concede que a tradição do pacifismo ético é capaz, em termos de teorias de não-violência, de contribuir para a construção de uma filosofia política de criação de paz. Isto porque, para além da sua falta de base normativa e das suas limitações práticas, a opção não-violenta permanece um desafio estimulante e perturbador para o realismo político. Em certas formas, a estratégia da “não-violência ativa” pode sugerir alternativas concretas para a defesa e política externa de estados democráticos.

Pelo contrário, DZ considera utópica a expectativa de unificação política do planeta através do cosmopolitismo contratualista uma vez que isto requereria:

- a deslegitimação das entidades políticas existentes, estados nação e União Europeia e uma legitimação correspondente das instituições internacionais atuais, a serem reconhecidas em todos os continentes como expressão genuína da sociedade civil global;
- uma tendência de homogeneização cultural do planeta, através de processo de integração ecuménica dos modos de vida, das tradições culturais, das ideologias políticas e das crenças religiosas (verdadeira sociedade mundial, compactamente unificada por interesses e valores comuns);
- uma atenuação dos conflitos distributivos, com desenvolvimento de processos globais para reduzir a distância entre estados industrializados, (ocidentais e asiáticos) e estados pré-industriais com reduzidos valores em índices de desenvolvimento humano e económico.

Segundo DZ, dada a extrema complexidade e turbulência do sistema internacional, a tentativa de conceber e implementar um sistema legal exaustivo, hierárquico e mundial pode ter o efeito perverso de acentuar os desequilíbrios: “uma estrutura política fortemente concentrada em instituições supranacionais, agindo no meio de disparidade sociais e económicas e do correspondente aumento de conflitualidade, teria de assumir as características distintas de um Leviatã violentamente repressivo e planetariamente antidemocrático”.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Zolo (1997), p. 139

### CAPITULO III: RESPOSTAS E TRAJECTÓRIAS PLAUSÍVEIS

“Futurists are prone to dwell upon those directions which, in their opinion, humanity should go. But given our miserable lack of self-understanding as a species, the better goal at this time may be to choose where not to go. What then should we be careful to avoid?”<sup>74</sup>

Em 1991, Panagiotis Kondylis (PK) pensava que, no século XXI, o futuro da democracia de massas seria necessariamente definido em função das necessidades da política planetária que, na altura, começava a desenhar-se. Na conclusão do seu livro Declínio da Civilização Burguesa refere que “Pluralismo, ou multiplicidade e diversidade, surge só aonde existe espaço para muitos e muitas coisas; por isso, a escassez deste espaço obrigatoriamente irá influenciar negativamente o pluralismo como princípio e como ação.” Neste contexto, considerou que os direitos humanos poderiam tornar-se motivo de conflitos no caso de incluírem, em condições ecologicamente difíceis, o direito ao ar e à água. Dois anos depois, perante a pergunta de se alguma vez os líderes mundiais optariam por abdicar do uso absoluto do poder disponível para servir a Razão através de considerações morais, ele respondeu aproximadamente:

“A pergunta pressupõe a clara distinção entre poder e justiça, entre sobrevivência e Razão, clareza de distinção que não reconheço. Mesmo uma plena invocação da Razão e da justiça não são, em si, suficientes condições para trazer uma paz estável. Paz estável requer primeiro comunidade de interesses, assim muitas referências à Razão e à justiça são desnecessárias...Considero que o aumento e expansão dos direitos humanos universais, e a sua eficaz aplicação, depois - e para além da sua aplicação no contexto dos estados - irão aumentar substancialmente as tensões internacionais e irão aumentar a tendência mundial para a anomia...O mais perigoso paradoxo da situação planetária atual situa-se em que mesmo as soluções justas, até uma abnegação sem precedente histórico, não oferecerá, a longo prazo, uma saída: se a riqueza de 800 milhões for distribuída em 6 mil milhões, tornar-se-ão todos irmãos na miséria, e o contrário: se o chinês, o indiano e o africano consumir *per capita* as matérias-primas que consome um norte-americano, então isto trará o colapso ecológico.”

Esta entrevista foi realizada cinco anos antes da morte de PK. Assim, ele não chegou a conhecer a aceitação informal da entrada na era do Antropoceno, com a qual se reconhece que os humanos se tornaram uma das principais forças de mudança no planeta Terra. Esta designação baseou-se em conhecimento verificável, apesar dos contornos polémicos do seu uso, quando associado com as soluções possíveis. Na ótica de PK este conhecimento científico (que ele reconhece como um dos argumentos para se distanciar do ceticismo) não pode ser vinculativo para ninguém, porque não oferece orientação moral e normativa. Todavia, este conhecimento em particular parece tem umas características únicas no sentido em que:

- Identifica uma situação nova para a história humana que resulta da ação acumulada da própria espécie (confundindo, assim, a separação clássica amigo/inimigo);
- Identifica um estado novo para o planeta, no qual as condições da biosfera estão a alterar-se rápida e imprevisivelmente de forma globalmente visível e reconhecível (criando, assim, pressões globalizantes e culturalmente unificadoras);

---

<sup>74</sup> Wilson (2012), p. 286

- Estipula uma perspectiva de tragédia de comuns globais, perante a qual novos filtros da seleção natural se aplicarão para identificar os indivíduos, grupos e espécies mais aptos a sobreviver (originando, assim, consequências tangíveis, bruscas e, por vezes terminais).

Perante esta situação, mesmo sem reconhecer nenhum valor metafísico para o homem ou para o mundo, interessa explorar cenários de inversão do padrão ambiental descrito na Introdução e que possam resultar da atuação humana. No que se segue, descrevem-se quatro cenários alternativos deste tipo de soluções e analisa-se a verossimilhança de sucesso da sua implementação. Todos procuram a transformação ou a redução do metabolismo social humano e, para terem efeitos planetários, têm de ter aplicação e eficácia global. Apresentam-se na forma de cenário hipotético racional-instrumental, associam-se na heurística do discurso de sustentabilidade relacionada com economia política<sup>75</sup> e assemelham-se a exemplos de ações, planos ou doutrinas já conhecidos. Depois desta caracterização, descrevem-se os principais desafios de implementação global, analisa-se a base discursiva na ótica da teoria descritiva da decisão e identificam-se críticas na perspectiva da tradição de internacionalismo mas distante para cada cenário (com base nas tradições apresentadas no capítulo anterior). Ao longo destas quatro seções, mantém-se o uso do futuro de pretérito do condicional para lembrar que se trata de análises sobre cenários teóricos, não uma avaliação empírica da eficácia de projetos políticos atuais.

### III.1 Crescimento económico sem impactos ambientais<sup>76</sup>

Cenário: Um primeiro mecanismo para inverter a trajetória atual seria dissociando o crescimento económico mundial dos impactos ambientais resultantes do metabolismo social humano. Isto significaria conseguir descarbonizar a indústria mundial e fechar os ciclos biogeoquímicos dos materiais, mantendo a capacidade de a economia mundial crescer numa constelação política parecida com a atual. Para o primeiro objetivo, seria necessária uma transição rápida e maciça de toda a atividade industrial, infraestrutural e de mobilidade para energias renováveis, principalmente a solar. Para o segundo objetivo, seria necessária uma separação dos ciclos biológicos e tecnológicos, com o domínio da absoluta circularidade nos ciclos tecnológicos e o aumento da eficiência dos ciclos biológicos. Para ambos os objetivos, os principais instrumentos seriam o avanço tecnológico e a expansão rápida da inovação no metabolismo social através do mercado, seguindo o modelo discursivo de sustentabilidade convencional. Às vezes, este discurso associa-se também com o discurso do avanço da tecnologia espacial e as promessas de expansão do metabolismo social para além do planeta, desde o aproveitamento de recursos minerais extraterrestres até soluções de fuga de cenários distópicos futuros.

Semelhanças operacionais: Esta abordagem teria elementos comuns com a atualmente seguida pela chamada “governança não estatal do mercado”, na qual a iniciativa privada procura ocupar o espaço deixado pela regulação nacional e intergovernamental na resolução de problemas ambientais e sociais. Isto acontece através de sistemas de adesão voluntária, como a responsabilidade social corporativa e a utilização de *standards* e rótulos de

---

<sup>75</sup> Desenvolvido por Dryzek and Stevenson (2011) com base distinções no eixo do económico (reformismo versus mudança radical) e do político (conservadorismo versus progressismo).

<sup>76</sup> Com base Ward et al (2016), Bernstein and Cashore (2007), Levin et al (2012), Pelizzoni (2011)

certificação para consumidores, que nos últimos vinte anos têm aparecido para vários recursos naturais, como as florestas, vários produtos agrícolas e o pescado. Estes últimos desenvolvem instituições deliberativas de governança adaptativa, que introduzem normas sociais e ambientais no mercado global. Estas operam num espaço público global emergente, envolvem redes de fornecimento transcontinentais e introduzem sistemas de rastreabilidade para identificar e acompanhar produtos certificados pelo mundo, com base na tecnologia e no acesso e consumo massificado de informação. A legitimidade política desta atuação procura-se diretamente nas audiências interessadas, que incluem os potenciais consumidores dos produtos certificados e aos mercados que tencionam regular, mas não às autoridades de estados soberanos. No contexto das tendências de internacionalismo, esta abordagem caberia claramente no espaço racional do liberalismo mercantil e o pacifismo ético das instituições multilaterais, afastando-se principalmente do realismo das soberanias.

Desafios: Uma dissociação relativa entre crescimento económico e metabolismo social poderia simplesmente acontecer com um crescimento económico mundial mais rápido do que o aumento no uso de matérias e energia no planeta. Isto poderia simplesmente resultar do aumento dos desequilíbrios entre países ricos e pobres (com o concomitante aumento de exportações de resíduos e importações de materiais escassos, agravando os problemas ambientais planetários) ou através do aumento da desigualdade entre rendimentos do trabalho e do capital (com o concomitante aumento desproporcional do PIB versus o metabolismo social total). Mas isto, para além do aumento das assimetrias sociais globais e dos riscos de conflitos daí resultantes, seria só uma melhoria de eficiência do sistema metabólico social global, não uma transformação suficiente para inverter a trajetória ambiental atual. Para uma dissociação absoluta acontecer ao nível planetário, seria necessário neste cenário, aparecerem mecanismos de mercado que permitiriam: i) penalizar a substituição de uns materiais por outros nos atos de inovação (em vez da sua reutilização em ciclos tecnológicos fechados); ii) penalizar a exportação de resíduos dos países emissores para outros países ou regiões; iii) descontar o aumento da componente financeira e da desmaterialização das economias para evitar dissociações aparentes; e iv) incentivar a aplicação do cenário a todo o tipo de economias e regimes, independentemente do grau de desenvolvimento económico e de intervenção estatal no respetivo mercado nacional.

Críticas: O discurso da governança não estatal do mercado salienta os falhanços da regulação ambiental nacional e regional das décadas recentes, mas não procura hostilizar demasiado as fontes de soberania existentes. A utilização de *standards* e rótulos nos mercados pressupõe a existência de instrumentos de verificação do cumprimento de normas, regras e leis de sustentabilidade definidas para as atividades com consequências ambientais, que propositadamente restam fora do perímetro destas iniciativas. Esta verificação requer grandes investimentos para a produção de informação, a criação e adaptação de regras e a supervisão de conformidade que, em última instância, continuam a ser atividades financiadas pelos estados e pelos clientes interessados. Esta externalização de custos significa que, por um lado, surge também espaço para a proliferação de promessas ineficazes (conhecidas como *greenwashing*) e, por outro, se fortalece o papel de corporações com abrangência multinacional e capacidade financeira para convencer estados e organizações internacionais a manterem-se parceiros do processo (criando focos geográficos de interesse que não estão necessariamente ligados à dimensão do desafio ecológico e social, aumentando assim as assimetrias planetárias). A fluidez deste espaço internacional é discursivamente legitimada pela soberania do consumidor global, supostamente bem informado e pela representação potencial de todos os interessados nos processos de tomada de decisão. Isto não significa que a governança não estatal dos mercados pode anular ou controlar a influência dos estados (há vários exemplos de soberanias hostis que se autoexcluem ou que criam alternativas centralizadas destes processos) ou que os interesses vitais de diversas soberanias não

encontram maneira de ser servidos proporcionalmente ao poder que estas detêm no espaço internacional. Finalmente, o elevado custo de verificação e a sua externalização num espaço internacional movido pela predominância das leis do mercado implicam que os elementos de validação das melhorias na gestão dos comuns ambientais globais ficam mais associados a informações processuais do que de caracterização de estado e de função ecológica, potencialmente dificultando e atrasando o processo de transformação do metabolismo social global.

### III.2 Contrato biossocial para recursos vitais ambientais<sup>77</sup>

Cenário: Um segundo mecanismo para inverter a trajetória atual seria desenvolvendo um novo contrato social, no qual o espaço ambiental faria parte dos bens primários dos direitos consagrados (contrato biossocial). Isto significaria inovar na orientação política para incluir, no contrato social, direitos e deveres sobre necessidades vitais relacionadas com os imperativos biológicos da sobrevivência e reprodução, mantendo o modelo geral da economia do mercado a funcionar. Este objetivo implicaria que direitos como a alimentação suficiente e suficientemente equilibrada para garantir o metabolismo biológico basal, a água potável e o ar suficientemente limpo para a respiração saudável, mas também a dormida e termorregulação suficientes e as condições adequadas para a reprodução e fornecimento de cuidados parentais passariam a fazer parte do contrato social. Teria também de incluir deveres sobre o montante total de poluição, o uso de recursos não renováveis e definir a proporção da terra que poderia ser usada para a agricultura por cada geração, de modo a não condicionar o acesso de gerações futuras à biosfera e seguindo o modelo discursivo da sustentabilidade expansiva.

Semelhanças operacionais: Esta abordagem seria semelhante a uma extensão da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 que constituiu os direitos humanos como a aspiração universal orientadora das relações internacionais das Nações Unidas. Semelhantes conceitos foram depois introduzidos pelo Conselho da Europa, no *European Social Charter* de 1961. Estas aspirações abrangentes de bem-estar social começaram, nos anos 1960s-70s, a associarem-se à crítica ecológica ao desenvolvimento económico e tecnológico produzida pelo movimento ecologista e o discurso dos limites ao crescimento, originado assim o conceito do desenvolvimento sustentável<sup>78</sup>. Nas próximas décadas, este conceito abstrato e, por ventura, antinómico, começará, progressivamente, a operacionalizar-se em objetivos estratégicos para o desenvolvimento sustentável, tendo recentemente sido elaboradas as 17 metas da ONU para o desenvolvimento sustentável, programadas a ser globalmente atingidas até 2030. No contexto das soberanias nacionais, isto significaria que a conservação ambiental teria de passar de um movimento de confronto nas margens para se tornar um interesse central dos estados (assemelhando a transformação dos estados modernos primeiro para estados liberais capitalistas e, depois, para estados-providência). No contexto das tendências de internacionalismo, esta abordagem caberia principalmente no espaço do racionalismo com elementos de pacifismo institucional no fortalecimento das instituições multilaterais para o cumprimento das normas internacionais que poderiam considerar-se mais próximas do revolucionismo do que do realismo.

---

<sup>77</sup> Com base em Corning (2012), Corning (2015), Dryzek et al (2002), Pelizzoni (2011), Schmiegel et al (2018), Dryzek et al (2019)

<sup>78</sup> relatório Brundtland de 1987

Desafios: A passagem da modernização ecológica do contrato social para o centro da política dos estados-providência requereria um aumento do controlo democrático nos assuntos de conservação ambiental. Para isto acontecer, a estrutura da economia política prevalecente teria de ser fortemente questionada através de uma negociação discursiva e democrática. Central para isto seria a noção do interesse público e do bem comum ligado ao envolvimento das pessoas em arenas, aonde os indivíduos poderiam encontrar-se e debater livremente em torno de questões bem definidas e através de procedimentos claros na procura de soluções de consenso para os seus problemas. Todavia, a hiper-abundância de informação e a dificuldade de distinguir o sinal do ruído, a diminuição do civismo na vida política e a redução da complexidade argumentativa seriam desafios a combater para se evitar a polarização ideológica estéril ou o afastamento voluntário do processo democrático. O sistema deliberativo teria de se basear em dois tipos de diálogo e deliberação, um a ocorrer no espaço público e o outro no espaço das tomadas de decisão. O primeiro seria um espaço (tanto físico como virtual) no qual os discursos poderiam abertamente interagir, preferencialmente sem restrição legal. O segundo seria o espaço onde as decisões coletivas são tomadas com autoridade e onde existiriam soluções de governança formais. Os dois teriam de manter uma distância crítica entre si, interagindo só através de mecanismos de transmissão e prestação de contas, os quais ofereceriam legitimidade ao sistema todo. Este seria, também, o modelo de funcionamento no espaço internacional, através da implementação de uma democracia global informal num sistema global<sup>79</sup> composto por mecanismos de governança que interlaçariam estados, organizações internacionais e redes transnacionais de atores públicos e privados. Para evitar uma fuga para a frente insequente, este cenário teria de providenciar: i) um sistema deliberativo global, no qual participariam todos os regimes políticos atuais, independentemente da forma de governo seguida em cada estado; ii) um mecanismo redistributivo rápido e eficaz para garantir o reequilíbrio mundial no acesso a bens vitais; iii) um mecanismo de orientação da atividade económica para respeitar o cumprimento dos compromissos assumidos na deliberação global e iv) um mecanismo de acompanhamento e coerção. As orientações normativas teriam de operar articuladamente no micronível sub-nacional das organizações e dos indivíduos, no meso-nível das sociedades e dos estados e no macro-nível internacional e transnacional, contando com o alinhamento e o reforço sinérgico ente instrumentos de normatividade para a sustentabilidade, concebidos para operarem em níveis distintos<sup>80</sup>.

Críticas: O discurso do contrato biossocial pode ser contestado pela tradição realista da mesma forma que contesta o contrato social e os direitos humanos como uma ilusão humanista, que ignora o papel preponderante do interesse do poderoso em manter a vantagem competitiva e do soberano em mediar a representação. Isto manifesta-se tanto dentro do espaço das organizações políticas nacionais como nas relações entre soberanias. No caso das democracias liberais, a visão associativa do bem público e do espaço da *agora* do modelo aristotélico é contestada pelo modelo que provém do contratualismo e que vê o espaço público como aquele que resulta da confrontação dos interesses de várias elites. No caso de outros regimes (desde as novas formas de regimes democráticos iliberais até regimes despóticos ou teocráticos), é ainda mais difícil entender como as considerações ambientais podem passar da periferia para o centro da decisão política se isto não for promovido pelos próprios governantes. No espaço internacional, a tradição realista coloca duas objeções: uma relacionada com a indefinição e a discricionariedade na aplicação do poder internacional (ver

---

<sup>79</sup> “complexo de regime” na linguagem de Dryzek e Stevenson (2011)

<sup>80</sup> Ver Schmiegel et al (2018) para uma comparação entre a encíclica papal, o acordo de Paris e as metas para o desenvolvimento sustentável da ONU

crítica ao pacifismo institucional do Zolo no capítulo anterior) e outra ligada com a existência de direitos humanos universais e supostamente aplicáveis sem mediação. Finalmente, o cenário assume que os novos direitos seriam mensuráveis e passíveis de tradução de forma inequívoca e universal, apesar dos desequilíbrios geográficos nas condições económicas e da variabilidade cultural.

### III.3 Decrescimento económico sustentável<sup>81</sup>

Cenário: Um terceiro mecanismo para inverter a tendência atual seria implementando o decrescimento sustentável através de uma redução do produto interno bruto global com um mínimo de consequências sociais. Seria baseado no princípio que o impacto do metabolismo social só pode ser reduzido reduzindo a sua dimensão, o que quer dizer reduzir o consumo total de energia e fluxo de materiais, requerendo por isso uma dimensão económica planetária menor comparada do que a atual. Todavia, esta proposta não procura simplesmente uma recessão económica prolongada ou uma depressão, querendo promover simultaneamente a dissociação do decrescimento económico e do bem-estar social. Assim, as consequências do decrescimento económico poderiam não significar uma diminuição proporcional do bem-estar (dissociação relativa) ou nem sequer obrigar a sua diminuição (dissociação absoluta). Para atingir este objetivo, seria necessário implementar políticas públicas de modificação radical do sistema económico, através de políticas ambientais e redistributivas, como a limitação do tempo de trabalho, a taxação do consumo e das consequências ambientais e o controlo da publicidade, seguindo o discurso dos limites.

Semelhanças operacionais: Esta abordagem teria semelhanças com as tentativas atuais de introduzir o rendimento mínimo garantido, a redução do trabalho para quatro dias ou os orçamentos participativos camarários. Pode, também, aproximar-se ao movimento *Demain*, o qual assume que cidadãos politicamente empenhados podem identificar, tanto local como globalmente, os principais desafios da humanidade e desenhar ações para assegurar um futuro livre do desastre ambiental e da destruição social. O movimento, como o filme original, deteta soluções e sucessos locais em todo o mundo, e procura incentivá-los e multiplicá-los a todos os níveis territoriais: local, nacional e europeu. No filme original, os casos de sucesso incluíam desde a expansão das hortas urbanas para colmatar o défice alimentar provocado pelo desaparecimento das grandes superfícies de cidades americanas abandonadas abruptamente pela indústria automóvel até ao processo de deliberação comunitária nas decisões para a aplicação do orçamento em aldeias da Índia. No contexto das tendências de internacionalismo, esta abordagem caberia no espaço revolucionário (com algum laivo da utopia de More), com elementos realistas de pacifismo fraco, estando mais distanciado do racionalismo individualista e mercantil.

Desafios: Os principais desafios para este cenário surgem no seu confronto com o modelo económico atualmente instalado na maioria dos países, nos quais a democracia de massas funciona como base à produção industrial de grande escala, à distribuição transnacional e ao consumo maciço. A criação de novos nichos de atividade económica subordinada a princípios de diminuição de consumo requereriam tanto desincentivos políticos ao consumo, como mecanismos de surgimento de novos “mercados”, nos quais os princípios de transação não seriam exclusivamente económicos (ou onde haveria maneira de traduzir as preocupações ecológicas e sociais em valores transacionáveis). Alguma perda de conforto teria

---

<sup>81</sup> Com base em Kallis (2011), Schmieg et al (2018), Dryzek et al (2019)

de ser assumida na vida particular e coletiva, que teria de ser desproporcionalmente maior para os que, atualmente, têm uma maior pegada ecológica (tanto entre indivíduos como entre estados, dada a distribuição muito assimétrica da riqueza). Finalmente, para ser sustentável e eficaz a nível planetário, o cenário do decrescimento económico teria de encontrar mecanismos de persuasão e uniformização nacional e internacional e resolver o seu relacionamento com as gerações futuras (incluindo o domínio de natalidade e a dimensão da população mundial).

Crítica: O discurso dos limites pode ser principalmente criticado pelo campo da tradição racionalista, no qual o liberalismo democrático determina uma aversão para soluções unificadoras que retirem espaço à criatividade e recompensa do individualismo (tanto na forma da pessoa física singular como na da pessoa moral do estado). Não é verossímil, nem dentro do espaço das democracias de massa, conseguir consenso para a redução voluntária do bem-estar individual, nem no espaço internacional de uma sociedade de estados garantir a implementação global de regras de controlo da atividade económica que desincentivem o consumo. Fica também em dúvida a relação deste cenário com a propriedade privada e a capacidade de dissuasão ou penalização dos infratores e da supressão de mercados clandestinos.

#### III.4 Decrescimento demográfico controlado<sup>82</sup>

Cenário: Um quarto mecanismo para inverter as tendências atuais nos comuns ambientais seria a implementação da proposta de Garrett Hardin apresentada no capítulo I.3. A solução de GH passaria pela diminuição coerciva da natalidade humana no planeta para garantir a redução absoluta do metabolismo social, não através da diminuição da taxa de consumo promovida pelo cenário anterior, mas através da redução global da população humana. Este objetivo implicaria o cálculo da capacidade de carga dos humanos na biosfera e a sua tradução para um nível populacional ótimo, através da definição da contribuição máxima tolerada de uma carga individual (algo semelhante aos direitos ecológicos mínimos do contrato biossocial no segundo cenário, mas com sentido invertido). Requereria também a imposição coerciva de uma política de natalidade para alcançar este limite e uma decisão sobre a rapidez com que os excedentes demográficos deveriam desaparecer para salvar a biosfera, seguindo assim um discurso de radicalismo verde.

Semelhanças operacionais: Esta abordagem teria semelhanças com a abordagem da China sobre a política do filho único ou a política da antiga Esparta antiga sobre o destino dos idosos. No contexto das tendências de internacionalismo, esta abordagem caberia no espaço realista do Leviatã universal, com elementos revolucionários éticos da Cosmopolis, estando mais distanciado do racionalismo de pacifismo institucional.

Desafios: Qualquer decisão normativa que cria fronteiras rígidas com base na estimacão por amostragem ou modelação enfrenta desafios de dimensionalidade, enviesamento e precisão. Identificar todas as dimensões de influência humana na biosfera, medi-las e sintetizá-las num único número-limite de capacidade de carga humana é um exercício de fé na ciência: haverá sempre dimensões que podem ficar ignoradas ou mal medidas e o método de estimacão do limite pode sempre estar enviesado ou ser contestado por métodos científicos alternativos. Mas, para além disto, uma estimacão que resulta de

---

<sup>82</sup> Com base em Hardin (1968), Zolo (1997), Kondylis (2000), Pellizzoni (2011), Pellizzoni (2018)

variáveis ambientais medidas com algum erro de observação terá sempre uma baixa precisão e um largo intervalo de confiança. Estes desafios multiplicam-se na repartição da carga total em número de indivíduos, porque o resultado final deve ser um único número de pessoas que podem viver no planeta, sem margem para erros ou hesitações. GH retirava parte deste ónus dos ombros da ciência, assumindo que a escolha da pegada ecológica máxima tolerável *per capita* era uma decisão moral, sem ter problemas de assumir a continuação dos cálculos depois desta decisão ou ter sugestões de como tomar esta decisão. Para além dos problemas de estimação inicial, existe não só o desafio da imposição coerciva da política de natalidade como também a garantia de que o comportamento de todos os humanos será igual ao previsto nos cálculos iniciais.

Crítica: A crítica a este cenário foi abundantemente produzida no livro de Zolo apresentado no capítulo anterior - não requerendo, por isso, elaboração adicional aqui.

### III.5 Perspetivas (Kondylianas) para o século XXI<sup>83</sup>

“Entendimento de palavras na mesa redonda antes da resolução de assuntos materialmente conflituosos não custa nada e, por isso, não resulta em nada”<sup>84</sup>

A teoria descritiva da decisão de PK foca a sua atenção na textura dos sujeitos ativos, individuais e coletivos, e procura olhá-la na sua historicidade. A identificação de uma correspondência estrutural entre um padrão de pensamento e o modo de funcionamento de uma sociedade permite também ver, paralelamente, as mudanças dos padrões de pensamento com as mudanças sociais. Na ótica de PK, fica preso em preconceitos clássicos racionalistas quem confundir o desenrolar subjetivo do pensamento com a sua função objetiva, quem aceita a possibilidade de uma correspondência literal entre ação e o modo pelo qual os atores entendem-se a si próprios, e quem espera melhores resultados da ação através do conhecimento dos seus mecanismos.

Nesta base, no início do século XXI vivemos com os despojos da utopia comunista e liberal (miragem de que o desmoronamento do comunismo envelhecido equivale à vitória do liberalismo vigoroso) e com os resultados da interação entre eles que dominou o século anterior: ao longo do século XX, o Ocidente passou por uma mudança social e intelectual profunda, a qual colocou no lugar do liberalismo oligárquico e hierárquico a democracia de massas, em reação, e sob a influência, do seu principal inimigo ideológico. Esta mudança interligou-se com uma transformação drástica do ordenamento planetário que atingiu uma densidade social e política sem precedentes. O homem da Razão e a história do Progresso foram as substâncias ontológicas com as quais a mundividência liberal burguesa removeu a teológica. Mas, quando a civilização da democracia de massas desmontou estas substâncias, transformando-as em funções a combinar e trocar livremente, o mundo ideológico burguês ficou ultrapassado. Assim, o fim do marxismo pode ser visto como interligado com o fim da

---

<sup>83</sup> Com base em Kondylis (1998)

<sup>84</sup> Kondylis (2000)

civilização burguesa e o início de uma nova época planetária baseada na interação de democracias de massas desvinculadas do paternalismo ocidental.

Da utopia comunista PK considera que restam hoje ideias de Marx sobre a história com durabilidade para além das ideologias:

- 1) o nível e o tipo de relação entre o humano como ser natural e a natureza influencia o modo de formação e organização da sociedade humana;
- 2) as relações humanas que se cristalizam na articulação social concebem-se, fortalecem-se e alteram-se por agentes de ação através de ideologias, i.e., fazendo eco numa “falsa consciência” que satisfaz simultaneamente necessidades ético-normativas e polémicas;
- 3) a distancia entre “falsa consciência” e desenvolvimentos reais não só não paralisa a ação histórica, mas fortalece-a, uma vez que a heterogenia de objetivos é o mecanismo natural para o desenvolvimento dos acontecimentos de longa duração.

Da utopia liberal herdámos o ecumenismo e o relativismo, posicionamentos muito mais globais e antigos do que a tolerância, que é produto novo da modernidade europeia. Nas sociedades ocidentais o pluralismo de convicções e modos de vida são protegidos pelo estado numa ideia de autorrealização. Mas para ser ecuménica a tolerância do relativo, o ecuménico tem de poder limitar o relativo, tanto político-legalmente como ideologicamente. Neste contexto, os direitos humanos são um instrumento político numa situação planetária cuja densidade torna necessário o uso de ideologias ecuménicas, mas em que a sua interpretação vinculativa depende dos interesses e da disposição das nações com mais poder.

Nesta nova época planetária, a política penetra na economia não tanto pelos processos da produção e comunicação, mas, principalmente, através do problema da distribuição e da sua relação com a salvaguarda dos interesses vitais dos mais poderosos. Em relação aos sujeitos políticos e geopolíticos da época planetária, a principal característica da situação mundial é a expansão planetária das democracias de massas, como formação social baseada na produção maciça e consumo massificado, o aumento contínuo das expectativas materiais e, por arrastamento, o aumento da competição. Este agravamento da competição pode tornar-se perigoso sob a pressão de fatores demográficos e ecológicos, uma vez que objetivos comuns significa, também, lutar pelos mesmos recursos, os mesmos mercados, os mesmos lugares e as mesmas recompensas. Será a nação e o estado nação a forma de organização mais adequada para participar na luta pela distribuição de recursos no século XXI, serão estas as unidades económicas e políticas mais competitivas ao nível planetário?

Na opinião de PK a resposta a esta pergunta será dada pela China e pela sua capacidade de se manter como um estado soberano unido. Em termos da União Europeia, o fim do domínio planetário da Europa coincidiu temporalmente com o fim da modernidade europeia – o fim do eurocentrismo traz uma nova situação mundial substancialmente diferente. Para ficar competitivo, um grupo de pessoas ou nações precisa de escolher uma forma de organização, o que quer dizer clarificar como e quem toma as decisões vinculativas - isto depende da vontade política e da forma de organização, não da nacionalidade. Finalmente, no nível da ONU, o mínimo denominador comum dos membros é o princípio da soberania do estado. O dado fundamental que tem marcado a existência da ONU é a convergência de princípios ecuménicos com interesses próprios das nações com objetivos e alcance planetário. Uma vez que o direito se torna direito não pela sua proclamação, mas através da contínua e efetiva possibilidade de ser reclamado e aplicado, impondo assim a sua

implementação, a relação entre ecumenismo e nacionalismo não pode ser vista em abstrato, mas em relação ao peso individual e às vontades de nações concretas em momentos históricos concretos.

A interpretação material, económica e ecológica dos direitos humanos mostra a distância entre detentores ricos e pobres destes direitos, provando como o que devia ser um ponto de entendimento se torna um ponto de conflito. A disputa por esta interpretação material pode agudizar-se no século XXI e, nestas condições, um estado planetário poderia surgir com métodos para além da abdicação voluntária da soberania nacional e com objetivos diferentes dos que formalmente proclama a ONU – uma Cosmopolis não é logicamente ou historicamente impossível, nem corresponde só à miragem de sonhadores apolíticos. Todavia, a possibilidade da sua realização não fornece nenhuma garantia de surgimento da paz mundial ou da liberdade planetária, nem do desaparecimento da política como a conhecemos. Poderia surgir por vários atos de vontade política: livre consentimento, por consentimento em situação de emergência ou pela hegemonia de um estado ou uma aliança de estados. Uma unificação do mundo nestes moldes irá agudizar ainda mais o problema da distribuição, porque todos vão lutar pelos mesmos objetivos e pelos mesmos troféus.

Desordem (*ataxia*), na definição de PK, nasce temporariamente durante uma luta entre os representantes de duas interpretações distintas sobre a ordem “correta”, até um dos dois chegar ao domínio. Desordem pode também ocorrer aquando a aplicação prática dos princípios que deviam sustentar a ordem mostram uma lógica interna completamente imprevisível e que pode até inverter o seu valor nominal. Na conjuntura planetária atual, há sinais de que isto pode ser o destino das duas grandes linhas de orientação que deveriam estar a guiar a ação dos que protagonizam a política planetária: o princípio da confluência da política com a economia (i.e., a garantia da sobrevivência elementar de grandes massas na base da alta tecnologia e da repartição avançada do trabalho, como também a redistribuição dos bens com o objetivo da materialização de direitos formais) e o princípio do ecumenismo dos direitos humanos (i.e., a atribuição da mesma dignidade a todos os indivíduos, independentemente de qualquer outra propriedade, pertença ou inclusão). Neste ecumenismo reflete-se, ideologicamente, tanto a repartição da sociedade em indivíduos como a reivindicação democrática da igualdade material. Assim, deve ser colocada a pergunta: em que medida o plano do Ocidente para a criação de uma nova ordem planetária poderia tornar-se numa fonte de desordem involuntária, no caso de não conseguir os seus pressupostos de superação da escassez de bens e da redistribuição de suficientes bens de acordo com a dignidade humana a nível planetário?<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Kondylis (1991), páginas 61-70

## CONCLUSÃO

This is what Thucydides meant when he singled out, as supremely worthy of admiration in Themistocles, the grasp of *ta deonta* - the things necessary, the proper expedient, the decisive elements in the situation. And he linked it not with a sense of the past but with a sense of the future: a power of divination, an insight into how things would work out, ' Wisdom to foresee clearly the issue for better or worse that lay in the still dim future. <sup>186</sup>

Em jeito de conclusão, apresenta-se primeiro um ponto de ordem biológico e ecológico sobre as bases desta reflexão não concluída e, provavelmente, inconclusiva:

- 1 – Etapas energéticas: A história da relação vida – Terra mostra que cada nova fase de aproveitamento energético no planeta, até hoje, gerou desequilíbrios e resíduos que levaram à diversificação, complexificação e reorganização dos táxones mais abundantes na biosfera;
- 2 – Evolução: Até ao Holoceno, o mecanismo principal de transformação do aproveitamento energético e da participação da biosfera no ciclo dos materiais foi a existência de variabilidade biológica entre indivíduos e espécies, através do lento filtro da seleção natural, que opera ao compasso do tempo geológico;
- 3 – Seleção natural: A seleção natural opera a vários níveis perante os desafios ambientais de cada momento, recompensando, ora a competição pela sobrevivência e reprodução de indivíduos, ora a cooperação de grupos que convivem e repartem trabalho;
- 4 – Antropoceno: A espécie humana foi a que melhor aproveitou a possibilidade de controlo do fogo para dar início à quinta etapa energética que se está a desenrolar com a transição para o Antropoceno, aumentando substancialmente a sua distribuição e abundância e tornando-se progressivamente a uma das principais fontes de transformação do planeta através da acumulação de novos resíduos;
- 5 – Normatividade de coexistência: A fixação territorial dos humanos desde o Neolítico contribuiu para o aumento progressivo do metabolismo social e foi acompanhada por uma necessidade de aumento do investimento da espécie numa normatividade de coexistência, separadamente determinada para elementos internos e externos ao grupo;
- 6 – Que “natureza humana”? As soluções encontradas para garantir a sobrevivência de grupos foram variadas, mas os que sobreviveram até hoje têm as características

---

<sup>86</sup> Wight (1977)

comuns de se organizarem numa base de comunicação, com codificação e transmissão de informação seletiva e diferenciada mas permeável ao exterior (cultura), cuja interação e ligação funcional com a transmissão de informação biológica permanece pouco compreendida (mas sabe-se que os limites biológicos da espécie condicionam as possíveis formas de codificação e interpretação de informação).

Esta relação entre o biológico e o social é também função da política e matéria-prima da filosofia política e assenta em três termos antinómicos, impossíveis de se encerrarem na homogeneidade de um conceito: o outro, a soberania e a paz. Cada um destes termos interage com os outros dois para a compreensão do político e os três relacionam-se com a biologia através do binómio cooperação *versus* competição. Este estudo procurou manter a análise destes conceitos na esfera do descritivo, sem carga ideológica, mas sem perder de vista que estes podem, facilmente, tornar-se também instrumentos de combate político, voluntaria ou involuntariamente, através da prevalência de uma narrativa mais ou menos otimista sobre a natureza humana:

Outro: Do ponto de vista de cada um, todos os humanos são outros. Nisto se incluem os pais naturais ou adotivos, os parceiros potenciais para a reprodução ou para os negócios, mas também os competidores e os agressores, verdadeiros ou percebidos. É sempre possível escolher ou imaginar outros com papel favorável e outros com papel desfavorável às várias cenarizações do Eu (amigos/inimigos perante a mundividência, na linguagem de Kondylis). Na sua versão polémica, esta definição pode cristalizar-se catalogando blocos inteiros de milhões de pessoas como “bons” ou maus” e este hábito de identificação pode chegar a reconhecer apenas a obrigação do avanço dos interesses da unidade preferida. Orwell define o nacionalismo como fome de poder temperado por decepção autoinfligida, uma vez que esta cristalização na definição do Outro envolve obsessão (sobre a suposta superioridade da sua unidade de poder), instabilidade (com a lealdade a poder ser transferida para outras unidades) e indiferença perante a realidade (que pode ser passivamente ignorada ou ativamente distorcida). Mesmo na versão descritiva utilizada por Kondylis, a frequência e profundidade da demarcação dos outros depende não só da frequência e virulência das lutas entre indivíduos que entram em competição, mas também da capacidade de contemplar cenários alternativos em que a cooperação pode ser mais benéfica do que a luta ou em que o benefício de simplificação através da catalogação binária do Outro pode ser questionado.

Soberania: Hobbes mostrou explicitamente que o estado moderno é simultaneamente superação e síntese de interesses particulares. A razão do estado radica no pressuposto de uma vontade comum que se fundamenta por ela própria. Mas também o estado corresponde à aproximação de um ou vários singulares daquilo que é comum, implicando por isto a dominação - é sempre o *status* de alguém a quem os outros estão obrigados a reconhecer o mando. Tal como existe, o estado emerge da conflitualidade mas não a extingue, antes se limita a reduzi-la a uma condição virtual de potencialidade. O aparecimento do estado moderno ditou, também, um estreitamento da relação entre as noções de direito e de estado, através da estatização das fontes de criação normativa e a utilização do direito como instrumento de governo. Esta aproximação criou uma inter-relação entre o direito e o poder que tem sido analisada tanto pelo ponto de vista do direito privado (conjunto de relações intersubjetivas mediado pela força do estado, através do mecanismo da sanção organizada), como do direito público (estado como instituição que exerce o poder baseado num conjunto de normas que estabelecem competências). Esta última permite uma reaproximação com o

modelo associativo de organização política, e a sua análise da hierarquização de normas pode ocorrer tanto na perspectiva daqueles a quem as normas conferem poderes, como na perspectiva dos indivíduos e dos grupos por eles influenciados (*ex parte principi* e *ex parte populi* respetivamente, na linguagem de Bobbio) - a preferência por um destes tipos de análise do poder depende do ponto de partida perante a natureza humana.

Paz: Se, por um lado, a paz pode ser encarrada como o comum global mais amplamente solicitado e mais frágil e dispendioso de manter na Terra, não para de ser verdade que a paz pode também ser vista como uma legitimação e cristalização do *status quo* planetário (através de pactos assimétricos que perpetuam as vantagens competitivas dos vencedores das grandes guerras, na linguagem de Zolo). Nesta base, o espaço político internacional pode ser visto tanto como um espaço de anarquia onde a soberania externa dos estados não reconhece nenhum superior ou como um espaço de diluição dos estados dando progressivamente lugar, formal ou informalmente, a um sistema de governo supranacional ou planetário. A preferência por um destes cenários (ou tradições de internacionalismo, na linguagem de Wight) é pelo menos implicitamente associada a uma visão sobre a natureza humana e a prevalência da competição ou da eussocialidade como forças motrizes de organização. O aumento da população humana e a densificação das relações e comunicações planetárias parecem criar atualmente tensões e desafios para a soberania externa semelhantes às que Hobbes procurou resolver para a soberania interna com o seu Leviatã – uma vez que o aparecimento do estado moderno não foi inibido pela antinomia do conceito de soberania, pode ser que o seu estudo tenha algum valor heurístico para identificar pelo menos os caminhos a evitar na tentativa do aumento da organização internacional (em particular no que diz respeito ao pensamento de Hobbes sobre sociedades parciais e sistemas associados com a conceção pluralista e imperfeita do estado, na linguagem de Bobbio).

Para além dos três termos acima apresentados, um contraste entre biologia e política com interesse para esta reflexão surge do conceito da complexificação e das suas potenciais consequências para o sistema de organização planetária. A complexificação parece ser uma característica intrínseca do capitalismo, não só através da especialização do trabalho como também das democracias de massas, através da necessidade de individualização sem mediações. Esta complexificação é também associada a uma proliferação da informação disponível e uma confusão (às vezes propositada) entre informação e publicitação de conteúdo declarativo que pode já ser conhecido ou pode não ter valor cognitivo. Informação, abuso de informação e tentativa de influência começam a ficar fortemente ligadas, fazendo com que a publicidade, o consumo, o entretenimento e a cultura fiquem idênticas no caldeirão do ciberespaço (aumentando assim o distanciamento semântico entre ética e política e criando uma das maiores ameaças para os regimes democráticos, na linguagem de Zolo). Os meios de comunicação social atingem um maior potencial e influência nos países democráticos, onde o conteúdo ideológico das mensagens é baixo e a capacidade de persuasão indireta aumenta. Ali, a integração política das sociedades baseadas na informação surge muito mais pela redução tácita da complexidade dos tópicos de comunicação política do que através de uma seleção e discussão desses temas. A sobrecarga de comunicação e a estimulação simbolizada parecem ter o seu efeito mais poderoso na esfera privada, tornando o conceito da soberania do consumidor político algo praticamente vazio no meio da espectacularização maciça da competição pluralista pelo voto.

Por outro lado, no campo da biologia, as transições entre as cinco etapas energéticas do planeta têm-se associado a uma complexificação dos ciclos biogeoquímicos e a um aumento da diversidade da vida. Este aumento de biodiversidade, em pelo menos três

momentos, esteve associado a processos de mutualismo, que se tornaram cooperações permanentes fundidas em formas de vida mais complexas (macromoléculas orgânicas, organismos eucariotas unicelulares e organismos multicelulares, respetivamente). Da mesma forma, a expansão da eusocialidade dos insetos permite praticamente caracterizar as abelhas de uma colmeia como um superorganismo, em algumas situações com capacidade de reproduzir cópias exatas de si mesmas. Isto está em linha com a proposição clássica da teoria de sistemas, que, em condições ambientais de complexidade, turbulência e interdependência crescente, a ordem pode surgir espontaneamente da desordem, apesar de formas precárias e imperfeitas. Mesmo assim, é uma ordem flexível, policêntrica e essencialmente não hierárquica.

Olhados pela lente das teorias de internacionalismo, todos os cenários apresentados no capítulo anterior enfrentam dificuldades práticas e teóricas, mas parece comum entre os três primeiros a possibilidade de encaixe em sistemas policêntricos e que operam na forma definida por Elinor Ostrom<sup>87</sup>. Ostrom ofereceu um olhar alternativo ao problema dos comuns e da sua tragédia apresentada por Hardin<sup>88</sup>, reconhecendo o potencial das instituições para se auto-organizarem. Ela, também, mostrou que decisões de gestão podem ser encarradas como experiências falíveis e que uma instituição baseada em sistemas adaptativos de decisão é menos vulnerável ao colapso quando opera de forma policêntrica. O policentrismo de Ostrom envolve centros de decisão que são formalmente independentes entre si, mas que se consideram mutuamente em relações competitivas. O estudo de Ostrom explorou também os tipos de instituições mais propícias para apoiar comportamentos de cooperação e os mecanismos da criação de confiança (i.e., o comportamento em que um indivíduo opta por se colocar em risco perante o desfecho de uma ação que depende de outros atores). Discípulos de Ostrom procuraram, depois, distinguir entre confiança pessoal e confiança em informação, uma vez que, nos comuns globais, os sistemas em rede são importantes para a criação, manutenção e potencial destruição da confiança, formando um aspeto importante do capital social e das ligações entre atores e instituições.

Para convergir para uma resposta planetária, faltam a estes sistemas policêntricos mecanismos de alinhamento e aceleração criados pela sinergia entre processos de transformação individual, infranacional e supranacional. Zolo também acreditava que os problemas globais devem ser enfrentados através de uma intensa atividade de coordenação e cooperação entre agentes nacionais, transnacionais e internacionais em regimes internacionais. Estes regimes, numa dada área das relações internacionais, deverão ser vistos como conjuntos, implícitos ou explícitos, de princípios, normas, regras e procedimentos de decisão sobre os quais as expectativas dos agentes convergem (instituições internacionais “fracas”). Do ponto de vista normativo, “os regimes internacionais estabelecem enquadramentos de responsabilidade legal, formulando conjuntos de normas gerais, regras específicas e procedimentos que têm o objetivo de disciplinar a interação entre agentes, definir os seus direitos e guiar o seu comportamento”. Em contextos de incerteza normativa e de risco político e económico, os regimes devem estabelecer enquadramentos estáveis que permitam a negociação, o reforço das expectativas, a redução dos custos transacionais e a melhoria da informação disponível. Em condições de elevada interdependência internacional, a negociação multilateral deverá ser uma fonte descentralizada para a produção e aplicação do direito internacional que opera eficazmente apesar da falta - ou, talvez, devido à falta - de

---

<sup>87</sup> Ostrom (2010)

<sup>88</sup> The Royal Academy of Swedish Sciences (2009): Scientific Background on the Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel, 2009. ECONOMIC GOVERNANCE, compiled by the Economic Sciences Prize Committee of the Royal Swedish Academy of Sciences

funções centralizadas de governo. Apesar de ser predominantemente um produto consciente de interação entre agentes estatais, os regimes internacionais manifestam certa autonomia relativamente às fontes de poder que os constituíram e requerem um contexto normativo fluido e dinâmico.

Com o aumento do metabolismo social ao ponto de os humanos se tornarem força de modificação planetária, as próximas etapas socio-naturais parecem ter algum peso acrescido, pelo menos para a espécie *Homo sapiens*: nos limites, o planeta Terra tanto pode ser levado a tornar-se um gigantesco *bunker* meta-moderno, com mínimas e altamente reguladas dependências naturais no qual alguns humanos que se provarem aptos continuarão a vida humana para uma nova etapa, como pode voltar ao estado de uma sopa primitiva de Oparin, certamente sem humanos, provavelmente sem vida multicelular e possivelmente sem vida. As decisões políticas dos próximos tempos contribuirão para determinar quão distante a trajetória da vida na Terra se manterá destes dois cenários extremos. Se isto pode acontecer pelo aparecimento espontâneo de ordem no meio da complexificação ou pela contribuição de indivíduos com o dom de detetar e introduzir *ta deonta*, é algo que o filtro da seleção natural constatará.

## BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL (\*) E CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barata MJ (2008) A crítica realista de Danilo Zolo ao pacifismo institucional cosmopolita. *Interações* **15**:7-24
- Bernstein S, Cashore B (2007) Can non-state global governance be legitimate? An analytical framework. *Regulation and Governance* **1**:1-25
- Bobbio N (1976) [1995] A teoria das formas de governo. 8ª edição. Editora Universidade de Brasília (tradução Sérgio Bath)
- Bobbio N (1993) Thomas Hobbes and the natural law tradition. The University of Chicago Press, Chicago & London (translated by Daniela Gobetti)
- Burke B (2001) Hardin revisited: a critical look at perception and the logic of the commons. *Human Ecology* **29**(4):449-476
- Corning PA (2015) The science of human nature and the social contract. *Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy* **11**(1): 15-40
- Corning PA (2012) The fair society: it's time to re-write the social contract. *Seattle Journal of Social Justice* **11**(1):191-216.
- Crosby AW (1986) Ecological imperialism. The biological expansion of Europe, 900-1900. Cambridge University Press, Cambridge.
- Darwin C (1858) [2009] A origem das espécies. Tradução de Joaquim Dá Mesquita Paul. Lello Editores.
- Dietz T, Ostrom E, Stern PC (2003) The struggle to govern the commons. *Science* **302**:1907-1912
- Dryzek J, Hunold C, Schlosberg D, Downes D, Hernes HK (2002) Environmental transformation of the Stte: the USA, Norway, Germany and the UK. *Political Studies* **50**:659-682
- (\*) Dryzek J, Stevenson H (2011) Global democracy and earth system governance. *Ecological Economics* **70**:1865-1874
- Dryzek J, Bächtiger A, Chambers S, Cohen J, Druckman JN, Felicetti A, Fishkin JS, et al. (2019) The crisis of democracy and the science of deliberation. *Science* **363**(6432): 1144-1146
- Ehrlich PR, Levin S (2005) The evolution of norms. *PLOS Biology* **3**(6):e194
- Guedes Vaz S (ed, 2012) Environment. Why read the classics? Calouste Gulbenkian Foundation, Greenleaf Publishing.
- Hall I (2014) Martin Wight, western values and the Whig tradition of international thought. *The International History Review* **36**(5):961-981
- (\*) Hardin G (1968) The tragedy of the commons. *Science* **162**:1243-1248
- Hardin G (1998) Extensions of "The tragedy of the commons". *Science* **280**:682-683
- Harman G (2018) Object-oriented ontology. A new theory of everything. Pelican Books
- Henry AD, Dietz T (2011) Information, networks and the complexity of trust in commons governance. *International Journal of the Commons* **5**(2):188-212
- Judson OP (2017) The energy expansions of evolution. *Nature Ecology and Evolution* **1**:0138

- Kallis G (2011) In defence of degrowth. *Ecological Economics* **70**:873-880
- Kant I (1795) A paz perpétua. Um projeto filosófico. (tradução de Artur Morão)
- Kant I (1797) [2017] A metafísica dos costumes (tradução do alemão de José Lamego). Fundação Calouste Gulbenkian
- (\*) Kondylis P (1991) O declínio da civilização burguesa: da época moderna à metamoderna e do liberalismo à democracia de massas. Themelio (em grego)
- Kondylis P (1992) Política planetária depois da guerra fria. Themelio (em grego)
- Kondylis P (1992) O prazer, o poder, a utopia. Stigmi (em grego)
- (\*) Kondylis P (1998) Do século XX ao século XXI: dissecções da política planetária cerca de 2000. Themelio (em grego)
- (\*) Kondylis P (2001) Poder e decisão: a formação das mundividências e o problema dos valores. Stigmi (em grego)
- Kropotkine P (1899) [2015] A moral anarquista. Sílabo (tradução do francês de José Luis de Sousa Pérez)
- (\*) Lenton TM, Pichler PP, Weisz H (2016) Revolutions in energy input and material cycling in Earth history and human history. *Earth System Dynamics* **7**:353-370
- Levin K, Cashore B, Bernstein S, Auld G (2012) Overcoming the tragedy of super wicked problems: constraining our future selves to ameliorate climate change. *Policy Science* **45**:123-152
- Levin S (2010) Crossing scales, crossing disciplines: collective motion and collective action in the global commons. *Proceedings of the Transactions of the Royal Society B* **365**:13-18
- Linklater A (2010) The English School conception of international society: reflections on Western and non-Western perspectives. *Ritsumeikan Annual Review of International Studies* **9**: 1-13
- Maquiavel N (1516) [2018] O príncipe. 1117. (Tradução de Diogo Pires Aurélio)
- Ortega y Gasset J (1930) [1989] A rebelião das massas. Relógio D'Água (Tradução do espanhol de Artur Guerra)
- Orwell G (1945) [2018] Notes on nationalism. Penguin, Random House, London.
- Ostrom E (1999) Coping with tragedies of the commons. *Annual Review of Political Sciences* **2**:493-535
- Ostrom E (2010) Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. *Global Environmental Change* **20**:550-557
- Pellizzoni L (2011) The politics of facts: local environmental conflicts and expertise. *Environmental Politics* **20**(6):765-785
- Pellizzoni L (2018) The commons in the shifting problematization of contemporary society. *Rivista Italiana di Sociologia* **LIX**, **2**:211-232
- Pielke RA (2007) The honest broker - making sense of science in policy and politics. Cambridge University Press
- (\*) Pires Aurélio D (2012) Maquiavel e herdeiros. Temas e Debates, Circulo de Leitores

- Pires Aurélio D (2012) A fortuna ou o imprevisível em política. In “Maquiavel e o Maquiavelismo”, Bento A (ed), p. 63-93. Almedina
- Rankin DJ, Bargum K, Kokko H (2007) The tragedy of the commons in evolutionary biology. *Trends in Ecology and Evolution* **22**(12):643-650
- Rittel HWJ, Webber MM (1973) Dilemmas in a general theory of planning. *Policy Sciences* **4**: 155-169.
- Schmieg G, Meyer E, Schrickel I, Herberg J, Caniglia C, Vilsmaier U, Laubichler M, Horj E, Lang D (2018) Modelling normativity in sustainability: a comparison of the sustainable development goals, the Paris agreement and the papal encyclical. *Sustainability Science* **13**:785-796
- Schrijver N (2016) Managing the global commons: common good or common sink? *Third World Quarterly* **37**(7):1252-1267
- Stevenson H, Dryzek JS (2012) The discursive democratisation of global climate governance. *Environmental Politics* **21**(2):189-210
- Tagore R [2017] Nacionalismo. Livros de Bordo (tradução do inglês Beatriz Camps)
- Tucidides [2013] História da guerra do Peloponeso. 2ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian (tradução do grego, prefácio e notas introdutórias: RM Rosado Fernandes e MGP Granwehr)
- Ward JD, Sutton PC, Werner AD, Constanza R, Mohr SH, Simmons CT (2016) Is decoupling GDP growth from environmental impact possible? *PLOS One* **11**(10):e0164733
- Weber (1905) [2018] A ética protestante e o espírito do capitalismo. Relógio D'Água (tradução do alemão de Carlos Leite)
- (\*) Wight M (1977) Systems of states. Leicester University Press in association with the London School of Economics and Political Science.
- (\*) Wight M (2005) Four seminal thinkers in international theory: Machiavelli, Grotius, Kant and Mazzini. Oxford
- (\*) Wilson EO (2012) The social conquest of earth. Liveright Publishing Corporation
- Zalasiewicz J, Williams M, Steffen W, Crutzen P (2010) The new world of the Anthropocene. *Environmental Science and Technology* **44**:2228-2231
- (\*) Zolo D (1992) Complexity and democracy. A realist approach. Polity Press (translated from the Italian by David McKie).
- (\*) Zolo D (1997) Cosmopolis. Prospects for world government. Polity Press (translated from the Italian by David McKie).